

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E DOIS

Aos dezasseis dias do mês de Dezembro de dois mil e dois, nesta cidade de Montemor-o-Novo, no Salão Nobre dos Paços do Concelho e Sala de Sessões da Câmara Municipal, realizou-se a reunião da referida Câmara, estando presentes os senhores Carlos Manuel Rodrigues Pinto de Sá, Presidente da Câmara, João António Abrantes Caldeira, João Miguel Amaro Marques, Helena Maria Freire Paixão, Agostinho Petronilho Simão, Leonardo Manuel Valido Maia e Jorge Manuel Barata de Queiroz Soares, Vereadores, comigo, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista.

E tendo todos ocupado os seus lugares, foi pelo senhor Presidente declarada aberta a reunião eram quinze horas.

Ordem de Trabalhos

No âmbito das suas competências e ao abrigo do número um do artigo sexagésimo terceiro da Lei número cinco A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro, o senhor Presidente convocou no passado dia nove do corrente mês, a presente reunião extraordinária com a seguinte proposta de Ordem de Trabalhos:

- 1. ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E TARIFAS**
- 2. PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA**
- 3. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO**
- 4. OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2003**

ORDEM DE TRABALHOS

1. ALTERAÇÃO À TABELA DE TAXAS E TARIFAS

Em intervenção inicial sobre a proposta de Alteração à Tabela de Taxas e Tarifas do Município, o senhor Presidente traçou uma panorâmica geral sobre o seu conteúdo, particularizando alguns aspectos mais relevantes que poderão justificar uma análise mais detalhada, tendo nesse sentido procedido à distribuição prévia entre todos os membros do executivo de uma nota explicativa com referência a tais questões, que no fundamental se prendem com a criação de algumas novas taxas e tarifas, com a eliminação de outras, com a explicitação da forma de adaptação à taxa de IVA que entretanto foi alterada e ainda a breves informações sobre alterações que são propostas relacionadas com pequenos acertos, colocando em seguida o referido documento à discussão.

Usou da palavra o senhor Vereador Jorge Queiroz para afirmar que o documento em apreciação não integra uma introdução da fundamentação das propostas, sendo difícil a qualquer eleito comentar com justeza a validade das opções.

Referiu ainda que neste momento de dificuldades financeiras seria importante a visualização da estratégia financeira do município, que receitas novas prevê arrecadar e qual o peso relativo das taxas e licenças nas receitas globais.

Disse depois o senhor Vereador Leonardo Maia que na tabela proposta, o custo de renovação de cartão de feirante fora do prazo é quase o mesmo que solicitar a emissão de um novo cartão, tornando-se compensador e até mais vantajoso optar pela emissão de novo cartão do que revalidar o existente.

Voltou a intervir o senhor Presidente para dizer que a Tabela tem dois tipos de Taxas e Tarifas: As que decorrem da lei e aquelas sobre as quais o Município tem competência própria de decisão. Não se propondo alterações:

enquadramento que existe e que foi feito quando se procedeu à remodelação da estrutura da Tabela de Taxas e Tarifas, que derivou no modelo actualmente existente, a qual está adaptada e responde à realidade actual.

No que se refere ao peso da receita arrecadada por via da aplicação das taxas e tarifas constantes da tabela em causa, disse o senhor Presidente que, relativamente aos anos transactos, tal informação se encontra expressa nas respectivas Conta de Gerência já aprovadas, e que relativamente ao ano em curso, tal valor será apurado por via da respectiva Conta de Gerência a ser elaborada e aprovada no início do próximo ano.

Usou depois da palavra a senhora Vereadora Helena Paixão para referir que existe um Regulamento Municipal sobre Venda Ambulante e Feirantes, encontrando-se postulado no mesmo os valores referentes à emissão e renovações de cartões de feirante, pelo que a situação levantada pelo senhor Vereador Maia só poderá ser corrigida pela revisão daquele Regulamento.

Voltou a intervir o senhor Vereador Queiroz reequacionando a sua pergunta anterior no sentido de precisar que a questão anteriormente por si colocada vai no sentido de solicitar informação sobre a peso que as taxas e tarifas terão no quadro de referência financeiro constituído pelas receitas próprias da autarquia.

Em resposta disse o senhor Presidente que a principal receita provém do valor cobrado pelo consumo de água, o qual tem em vista em primeiro lugar cobrir as despesas correntes do serviço prestado e em segundo lugar penalizar os consumos exagerados de água, incentivando também à poupança de água.

Relativamente à taxa a cobrar pelo tratamento do lixo (a recolha continua a ser assegurada a expensas da autarquia), terá também ela um peso significativo nas receitas municipais, ainda que só depois de alguma experiência se poderá vir a ter ideia mais aproximada dos gastos e das receitas com o desenvolvimento dessa nova vertente de tratamento do lixo, sendo previsível que as receitas possam vir a cobrir entre oitenta e noventa por cento do valor gasto.

A receita proveniente da realização de obras de urbanização é outra importante receita do município, sendo essa uma área em que a autarquia tem procurado manter um equilíbrio entre o valor das taxas e o custo das infraestruturas.

Todas as outras receitas tem uma menor expressão (concluiu).

Questionou depois o senhor Vereador Queiroz sob a forma como são aplicadas as taxas em termos de infraestruturas, sendo conhecido que por vezes a Câmara se substitui ao loteador na execução dessas mesmas infraestruturas.

Em resposta a senhora Vereadora Helena Paixão disse que as taxas a cobrar referentes a realização de infraestruturas de loteamentos derivam directamente da legislação sobre a matéria, inclusive nos casos em que a Câmara se substitui ao loteador para a sua realização.

O senhor Vereador Queiroz solicitou depois informação sobre a percentagem dos custos de exploração do serviço de águas que serão cobertas pela receita proveniente da cobrança de tarifas do seu consumo.

Exceptuando a parte referente a investimento, disse o senhor Presidente quer a receita em causa dará para cobrir cerca de oitenta e cinco por cento do custo de exploração do referido serviço de abastecimento de água.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de alteração à Tabela de Taxas e Tarifas para o ano de dois mil e três, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e que aqui se dá por integralmente transcrito, devendo a mesma ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal apenas na parte que se refere às Taxas, nos termos do disposto na alínea e) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

2. PROTOCOLOS DE DESCENTRALIZAÇÃO PARA AS JUNTAS DE FREGUESIA

Relativamente aos Protocolos de descentralização de competências para as Juntas de Freguesia, disse o senhor Presidente que os mesmos foram discutidos, alterados e aprovados em reunião com todas as Juntas do concelho, excepto a Junta do Ciborro que não participou na reunião de preparação, mas que manifestou entretanto o seu acordo com a proposta.

Disse depois o senhor Vereador Caldeira que a alteração mais substancial registou-se no anexo II, dado que até aqui as Juntas levantavam na Câmara os materiais de necessitavam, sendo o respectivo valor debitado em conta corrente, assim como os serviços prestados. Acordou-se entretanto em reunião com todas as Juntas à excepçã

protocolo para 2003 iriam passar a receber em dinheiro o valor correspondente ao anexo II, sendo o fornecimento de materiais e serviços prestados por parte da Câmara debitados às Juntas mediante requisições destas.

Deliberação: A Câmara deliberou por unanimidade aprovar a proposta de Protocolo de Descentralização de Competências da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para as Juntas de Freguesia do concelho que venham a expressar a sua vontade de a ele aderirem, conforme documento que foi rubricado por todos os eleitos presentes e que aqui se dá por integralmente transcrito, devendo a referida proposta ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea s) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

3. AUTORIZAÇÃO PARA CONTRACÇÃO DE EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO

Introduzindo o assunto à discussão referiu o senhor Presidente que até à data não tem havido necessidade de recorrer a este tipo de crédito e tal só se verificará em casos extremos motivados por dificuldades de tesouraria.

Contudo, a legislação em vigor apenas permite que tal autorização possa ser concedida na reunião em que ocorrer a aprovação das Opções do Plano e Orçamento, razão pela qual se solicita a autorização em causa, nos termos constantes do seguinte documento:

“De acordo com o disposto no n.º 6 do Artigo 23º da Lei 42/98 de 6 de Agosto, a aprovação de empréstimos a curto prazo pode ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento, para todos os empréstimos que a Câmara venha a contrair durante o período de vigência do orçamento. Os empréstimos a curto prazo são contraídos para acorrer a dificuldades de tesouraria, não podendo o seu montante médio exceder 10% das receitas provenientes das participações do município no Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal, de acordo com o n.º 1 do Artigo 24º da Lei 42/98 de 6 de Agosto, alterado pela Lei 94/2001 de 20 de Agosto.

Nos termos da alínea d) do n.º 2 do Artigo 53º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara, aprovar ou autorizar a contratação de empréstimos nos termos da lei; em conformidade com o previsto no n.º 2, do Artigo 6º do Decreto-Lei 258/79 de 28 de Julho.

Tendo em consideração o exposto, propõe-se que seja aprovada pela Câmara Municipal autorização para que durante o ano 2003 possam ser contraídos empréstimos de curto prazo, não podendo o seu montante médio exceder 10% das receitas provenientes das participações do município no Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e de Coesão Municipal, a transferir para a autarquia no mesmo ano, com posterior sujeição à aprovação da Assembleia Municipal, de forma a dar-se cumprimento às disposições legais aplicáveis.”

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta apresentada de contracção de empréstimos de curto prazo durante o corrente ano, devendo a mesma ser agora submetida à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea d) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

4. OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA 2003

Usando da palavra disse depois o senhor Presidente que propunha como metodologia para discussão destas matérias a abordagem global dos documentos seguida da análise na especialidade das propostas apresentadas pelos Vereadores do MCPM e outras que eventualmente surgissem na discussão. De seguida procedeu à apresentação global dos documentos que constituem as Opções do Plano e Orçamento para 2003 através de documento que antecipadamente fez distribuir ao Executivo, do seguinte teor:

“1 - Introdução

As Opções do Plano e o Orçamento contêm a matriz fundamental das orientações políticas das Câmaras Municipais. Assim, e de acordo com a alínea c), do n.º 2, do Art.º 64º da Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro que alterou a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (e outra legislação específica e complementar), somos a apresentar e a fundamentar as Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003.

Prosseguimos neste segundo ano de mandato, e na sequência das Opções do Plano e Orçamento para 2002 oportunamente discutidas e aprovadas, as orientações e opções estratégicas que foram sufragadas pelos montemorenses nas últimas Eleições para as Autarquias Locais.

Desta forma, as Propostas ora apresentadas para discussão respeitam a estrutura dos documentos em vigor e em implementação no corrente ano o que, julgamos, facilita a sua análise, tratamento e coerência interna. Procedemos às adequações legais que, entretanto, nos foram impostas e que serão referidas no contexto apropriado.

A Proposta de Opções do Plano para 2003 inclui:

- *Este documento de Apresentação e Enquadramento Geral*
- *A proposta de PPI (Plano Plurianual de Investimentos)*
- *A proposta de PA (Plano de Actividades) que, não sendo obrigatória legalmente, é, em nossa opinião, um instrumento fundamental de planeamento, esclarecimento e discussão das Opções não incluídas no PPI*

Estas Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003 são acompanhados de outros documentos que, não sendo obrigatórios, entendemos justificarem-se pela sua pertinência e pela vantagem da simultaneidade:

- *Proposta de Protocolos de Descentralização para as Juntas de Freguesia*
- *Proposta de Tabela de Taxas e Tarifas.*

O Quadro do Pessoal, face à sua recente alteração / actualização, não justifica uma nova proposta imediata e paralela. Não se exclui, contudo, e dada a perspectiva de transferência de competências, a sua alteração no decorrer de 2003.

A Proposta de Orçamento para 2003 respeita o novo classificador que altera substancialmente o anterior quadro de rubricas económicas e inclui:

- *Mapa resumo de Receitas e Despesas, Correntes e de Capital*
- *Mapa resumo de Receitas e Despesas por Classificação Económica*
- *Mapa resumo das Despesas por Classificação Económica / Orgânica*
- *Mapa de Encargos Anuais de Empréstimos*

Entretanto, interessa desde já relevar duas questões fundamentais.

A primeira e mais importante temporiza-se num horizonte de médio e longo prazo e identifica o que consideramos ser o principal objectivo estratégico do concelho: travada que foi nos últimos 10 anos a desertificação económico-social global do concelho, há que, nesta década, apostar na inversão da tendência de desertificação, recuperar população. Tal objectivo estratégico não depende, no essencial, das políticas do Poder Local Montemorense mas compete-nos, como temos feito e no quadro das nossas competências e capacidades, continuar a procurar as formas de contribuir para aquele objectivo central.

A segunda prende-se com o facto simbólico e marcante de Montemor-o-Novo completar, em 2003, 800 anos da obtenção do 1º Foral e 500 anos do 2º Foral. Queremos, pois, promover o programa “Montemor 2003” em que, com ampla participação, comemoemos dignamente 8 Séculos de História de Montemor, buscando a memória e raízes da nossa identidade mas, conseqüentemente, equacionando o presente e perspectivando um futuro que se quer melhor e mais justo.

Por outro lado e já a um diferente nível, uma nota final. Introduzidos o Euro (€) e o novo POCAL (Plano Oficial de Contas para as Autarquias Locais) com sucesso, prossegue, contudo, a implementação deste último cuja complexidade obrigará a um largo período de transição uma vez que, como referimos nos documentos anteriores, sendo um passo positivo na necessária modernização administrativa do Poder Local que há muito reclamávamos, impõe, também, uma ruptura com a filosofia de funcionamento das Autarquias. Como tem vindo a acontecer, os problemas decorrentes serão ultrapassados, estamos certos, pela colaboração entre Eleitos e Funcionários bem como pelo empenhamento a que estes, em geral, nos habituaram.

2 – Situação Económico-social do Concelho

Justifica-se, no âmbito das presentes Propostas de Opções do Plano e Orçamento da Câmara para 2003, um breve e sintético olhar à realidade económico-social do nosso Concelho. Não tanto por se assumir a veleidade de que o Poder Local pode resolver problemas estruturais que são, antes de mais, do País mas porque a eles não podemos ficar nem indiferentes nem inactivos e porque quanto melhor conhecermos a realidade em melhores condições estaremos para nela positivamente actuarmos. Como continuamos a propormo-nos !

Políticas Nacionais e Europeias Negativas

O que em sede das Opções do Plano e Orçamento para 2002 afirmámos há poucos meses mantém actualidade pecando, quanto muito, dados os aspectos agravantes entretanto surgidos, por defeito. Assim, recordamos:

“As políticas económico-sociais nacionais têm mantido, ainda que “almofadadas” por alguns positivos programas sociais colaterais (vidé, rendimento mínimo garantido), as orientações fundamentais dirigidas ao cumprimento dos critérios conservadores e neo-liberais da convergência monetária e nominal do Tratado da União Europeia e do Pacto de Estabilidade. Os indicadores economicistas de rentabilidade do capital prevalecem e são confundidos com desenvolvimento. As questões e preocupações sociais são acessórias e manifestam-se apenas para evitar rupturas no tecido social. A construção de uma União Europeia ao serviço dos grandes interesses económicos tem vindo a sobrepor-se e a excluir a construção de uma Europa Social, dos Povos e dos Cidadãos.

Em Portugal, apesar do adocicado discurso mediatizado de sucessivos Governos, o que os números oficiais mostram é o acentuar da já desequilibrada distribuição do rendimento nacional (vidé Relatórios do Banco de Portugal) beneficiando uma pequena elite em desfavor da esmagadora maioria dos portugueses.

A incidência conjunta destas políticas, europeias e nacionais, continua a traduzir-se num ainda maior afastamento da Região Alentejo das outras regiões comunitárias e nacionais.

O Alentejo afasta-se ainda mais do rendimento médio comunitário, vê aumentar o desequilíbrio na distribuição interna do rendimento, continua a assistir à liquidação de postos de trabalho, mantém a tendência para a desertificação social.

O desequilíbrio regional continua a aumentar em Portugal sendo clara uma opção política estrutural, a nosso ver profundamente errada e de consequências dramáticas, de litoralização do país. Não se vislumbra uma real vontade de lançar uma política nacional de desenvolvimento regional que, definindo claramente estratégias, objectivos e metas, rompa com o contínuo agravamento do fosso entre o interior e o litoral. As enormes potencialidades do Alentejo e de Montemor-o-Novo continuam por aproveitar, optando o Poder Central por medidas pontuais ao sabor das conjunturas em vez de enveredar verdadeiramente por um processo de desenvolvimento integrado e sustentável. Quer as verbas nacionais (via Orçamentos de Estado) quer as verbas comunitárias (via QCAs) mostram uma continuada e intencional distribuição gritantemente desfavorável e assimétrica. Como apontam as previsões da União Europeia (ver Eurostat), a manter-se esta política, o Alentejo continuará a desertificar-se perdendo cerca de 100.000 habitantes até 2025.

Dizemos claramente não a tal cenário.

Bater-nos-emos pelo direito dos alentejanos e dos montemorenses a poderem viver condignamente na sua terra !”

Principais Problemas e Perspectivas

Afirmámos ainda no documento atrás citado que,

“Neste contexto, e tendo ainda em conta a conjuntura que conduziu às recentes Eleições para a Assembleia da República e à formação do novo Governo, não se prevê, para 2002, uma substancial alteração para melhor na situação económico-social do concelho.”

Ora o que vimos assistindo ao longo de 2002 e se perspectiva para 2003 é o agravamento da situação económico-social do concelho. De facto, após o aumento do IVA (de 17% para 19%) onerando os cidadãos de mais fracos rendimentos, o fim do crédito bonificado para aquisição de habitação afectando em particular os casais jovens, o aumento dos combustíveis, a ofensiva contra os serviços públicos e os direitos dos trabalhadores – como é exemplo maior a proposta de novo “Código do Trabalho” – etc., o Orçamento de Estado para 2003 agrava ainda mais a conjuntura económica e social. Perspectiva-se, nomeadamente, a quebra do poder de compra da maioria da população (afectando, sobretudo, os trabalhadores e os reformados), uma maior precarização do emprego e o aumento do desemprego, um decréscimo da actividade económica, enfim, condições de vida mais difíceis para o grosso dos Montemorenses.

O desemprego, sobretudo entre os jovens e as mulheres, constitui o principal problema de Montemor e poderá v

perspectivas de melhoria como as políticas em curso o afectarão negativamente. E isto, apesar do esforço da Câmara para dinamização e captação de investimento, de empresas e de actividades diversas geradoras de emprego. Ao problema do desemprego haverá que juntar a falta de 1º emprego para os jovens e o aumento da precarização do emprego existente. Existe, contudo, um problema de qualificação profissional que urge rápida atenção e medidas (adequação do sistema de ensino, formação profissional, etc.) já que há sectores empresariais locais que necessitam de trabalhadores qualificados.

Na escala das maiores preocupações sociais regista-se a situação dos reformados, pensionistas e idosos, mais de 1/3 da população que recebendo na sua grande maioria reformas indignas, são frequentemente lançados para vivências degradantes. Também nesta área a perspectiva para 2003 é negativa.

O agravamento da situação social do concelho, em resultado das políticas governamentais, é previsível.

A toxicodependência, apresentando novos factores preocupantes (por exemplo, um novo tipo de consumo entre os jovens ou a inexistência de respostas eficazes da sociedade e do Estado aos consumidores em estágios avançados) e não sendo um problema apenas local nem tendo a incidência de outros territórios, constitui-se como crescente preocupação social. O alcoolismo, a desadaptação e insucesso escolar, a frustração de expectativas sociais são outros problemas sociais a exigir políticas que não se limitem ao superficial. O novo fenómeno da imigração, geralmente clandestina suportando não poucas vezes condições quase escravizantes, instalou-se.

A tentativa de estabelecimento no concelho de redes de prostituição aproveitando as facilidades que o normativo legal confere é um problema que, ultrapassando as competências municipais, exige acompanhamento e medidas de combate eficazes.

Não há que iludir os reais problemas que defrontamos no concelho e a que, aliás, procuramos responder no âmbito das nossas competências. Entretanto, há igualmente a referir que Montemor mantém uma actividade económica, social, cultural e política que tem conseguido contrariar parcialmente o impacto negativo dos problemas e das políticas nacionais identificadas.

Montemor continua a ter - reafirmamo-lo! - potencialidades, capacidades e vontade para assegurar - desde que sejam implementadas adequadas políticas nacionais ! - o necessário desenvolvimento para uma vida digna e mais justa para a generalidade dos cidadãos. É neste sentido que, atentos e interventivos, continuaremos a orientar a nossa actividade.

3 – Opções do Plano/2003

3.1. Opções Programáticas para o Mandato 2002 / 2005

As Opções Programáticas para o mandato 2002 / 2005 estão, no essencial, contidas no Programa Eleitoral da C.D.U. apresentado e sufragado maioritariamente pelos montemorenses. Tal não exclui, antes pressupõe como orientação estratégica assumida, a abertura à análise e discussão das ideias, propostas, sugestões e críticas de outras forças políticas bem como de quaisquer instituições ou municípios. Identificam-se, de seguida, aquelas Opções Programáticas:

- 1. Gestão municipal democrática, aberta e participada*
- 2. Organização municipal renovada ao serviço de todos os cidadãos*
- 3. Luta e contributo para o desenvolvimento e o emprego*
- 4. Ordenamento do território e urbanismo de qualidade*
- 5. Elevação da qualidade ambiental*
- 6. Desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania*
- 7. Reforço do apoio ao movimento associativo*
- 8. Dinamização e apoio a iniciativas e acções de/e para a juventude*
- 9. Intensificação de uma solidária acção social*
- 10. Melhor protecção civil e segurança*

3.2. Opções do Plano para 2003

As Opções do Plano para 2003, decorrentes das Opções Programáticas para o Mandato identificadas no ponto anterior, são de seguida apresentadas e fundamentadas tendo anexos dois documentos de suporte – o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) e o Plano de Actividades (PA) não incluídas no PPI (legalmente não obrigatório) – que as integram.

Os códigos, a que aludiremos ao longo deste texto, permitem remeter para o PPI e para o PA e correspondem a uma hierarquização a saber: Função/Opção Programática (2 dígitos); Sub-função (4 dígitos); Programa (6 dígitos); Projecto (8 dígitos); Acções (10 dígitos).

3.2.01. Gestão Municipal Democrática, Aberta e Participada

A Revolução de Abril abriu perspectivas e criou condições de participação popular na vida societária nunca antes existentes. O nosso sistema político foi positivamente moldado por essa intervenção mas as vicissitudes de uma prática política dominante tendencialmente elitista têm vindo a criar e a alargar o fosso entre os cidadãos e a “política”. Portugal e as chamadas “democracias representativas” estão hoje confrontadas com factores que afectam a qualidade da democracia e que, a prazo, equacionarão os sistemas políticos em que a real participação activa dos cidadãos tende a reduzir-se significativamente.

Montemor-o-Novo tem um enorme património de criatividade e participação popular para a transformação social positiva. Consideramos prioritário usar a experiência criativa e de participação acumulada e procurar novas e/ou adequadas formas de participação na realidade comunitária actual que integre os valores da justiça social e do humanismo.

Vamos, em 2003, reforçar as acções em curso e lançar novas acções neste âmbito.

Assumimos, pois, como opção estratégica desenvolver a democracia participativa como pilar da gestão: uma gestão municipal democrática, aberta e participada em estreita ligação com as populações.

Esta opção programática (código 01) concretiza-se nas seguintes grandes linhas/sub-funções: participação popular nos processos de tomada de decisão (código 01.01.), aprofundamento da democracia política (código 01.02.), fomento da dinâmica popular (código 01.03.), reivindicações ao Poder Central (código 01.04.), comunicação (código 01.05.) e participações institucionais (código 01.06.)

3.2.01.01 Participação Popular nos Processos de Tomada de Decisão

Neste âmbito continuaremos a implementar fundamentalmente dois programas.

O primeiro que denominámos de Programa de auscultação não institucional (PA-01.01.01.) alargará e diversificará diversos tipos de atendimento à população, encontros, plenários, reuniões e outras formas de auscultação.

O segundo, Programa de estruturas consultivas locais de participação (PA-01.01.02.) pretende melhorar a eficácia das estruturas existentes e promover a criação de outras em áreas que se venha a justificar.

3.2.01.02 Aprofundamento da Democracia Política

Manteremos os programas que a seguir se descrevem.

Programa de aperfeiçoamento do Poder Local (01.02.01.) onde se pretende combater qualquer alteração de empobrecimento democrático do actual sistema político (presidencialização, centralização, monopartidarismo, diminuição do número de eleitos, não proporcionalidade da eleição, liquidação da eleição directa, etc.) e, pela positiva, discutir e propor medidas para aprofundar a democraticidade do sistema e aperfeiçoar o seu funcionamento.

Programa de defesa da regionalização (PA-01.02.02.) que democratize, terminando com as nomeações e submetendo a eleição, os órgãos de poder regional, institucionalizando - conforme preceito constitucional - as regiões administrativas. Cumpre-se, assim, a vontade manifestada pelos montemorenses.

Programa de descentralização local (01.02.03.) onde queremos reforçar, em 2003, a descentralização negociada de competências e meios para as Juntas de Freguesia aprofundando a riquíssima e exemplar experiência existente no nosso concelho.

Programa para o associativismo inter-municipal (PA-01.02.04.) onde assumimos a importância da expansão e eficácia deste tipo de associativismo que, entre outras actividades já em curso, pode ter um significativo papel num futuro processo de descentralização do Estado.

3.2.01.03. Fomento da Dinâmica Popular

O fomento da dinâmica popular perpassa pela generalidade das Opções. Contudo, nesta sub-função (PA-01.03.) propomo-nos avaliar e expandir as experiências de participação (contratualização com instituições e gestão participativa)

3.2.01.04. Reivindicações ao Poder Central

A Câmara manterá, face ao Poder Central, uma postura crítica e reivindicativa na intransigente defesa dos interesses colectivos dos Montemorenses e do desenvolvimento do concelho e do Alentejo. Em paralelo, reafirmará uma atitude de colaboração activa para a concretização das políticas, projectos e acções que, de algum modo, tenham reflexo positivo em Montemor-o-Novo e no Alentejo.

Bater-nos-emos por novas políticas nacionais de desenvolvimento regional (PA-01.04.01.) e pela concretização de projectos concelhios (PA-01.04.02.) da responsabilidade da administração central que são determinantes para o desenvolvimento do concelho e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

3.2.01.05. Comunicação

A comunicação (PA-01.05.) tem uma importância crescente na sociedade actual. Propomo-nos reforçar a actuação da Câmara nesta área.

A comunicação entre a Câmara e o Município (nos dois sentidos) e o relacionamento com a comunicação social são as prioridades nesta área.

3.2.01.06. Participações Institucionais

A nossa Câmara tem uma tradição de abertura ao exterior e activa participação em instituições diversas que pretendemos manter e reforçar já que daí resultam valias positivas quer para as nossas autarquias quer para o concelho.

Asseguraremos e alargaremos, sempre que se justifique, as nossas participações institucionais (PA-01.06.) aos diversos níveis (municipal, regional, nacional e internacional).

3.2.02. Organização Municipal Renovada ao Serviço de Todos os Cidadãos

A organização dos serviços municipais deve visar a rigorosa igualdade de tratamento dos cidadãos, um eficaz atendimento e tramite das solicitações, uma prestação de serviços de qualidade crescente, a humanização organizativa quer face aos munícipes quer para com os trabalhadores.

Não obstante as melhorias registadas nos últimos anos, é necessária uma ainda maior atenção a esta área bem como às formas de concretização das acções prosseguidas. Haverá que estimular a vontade política, o empenhamento de chefias e funcionários e assegurar a continuidade dos elevados investimentos que vimos efectuando. Esta é, aliás, uma área que continuará a exigir uma acção permanente, cujas soluções, porque estruturantes nalguns casos, não serão necessariamente imediatas.

Apostamos na adequação, melhoria e renovação da organização dos serviços municipais numa perspectiva do município e servindo todos os cidadãos.

Esta opção programática (código 02) concretiza-se através de plano de modernização (código 02.01.) e de projectos inovadores (código 01.99.).

3.2.02.01. Plano de Modernização

Haverá que concluir o Plano de Modernização geral que contenha uma visão global da Câmara e proponha um conjunto diversificado mas coerente de acções que permita concretizar os objectivos pretendidos.

Este Plano subdivide-se, pois, em programas que, de seguida, abordaremos sucintamente.

O Programa de Modernização da Organização dos Serviços (02.01.01.) vai centrar-se essencialmente na conclusão e implementação de uma reorganização dos serviços municipais e no plano de modernização administrativa.

O Programa de Modernização para o Pessoal (PA-02.01.02.) manterá a prioridade à melhoria das condições de trabalho, à formação e à participação dos trabalhadores na organização e na actividade da Câmara. Proceder-se-à igualmente, e atentas as condicionantes legais que impedem qualquer racional gestão de pessoal, à reafectação de pessoal conforme as necessidades dos serviços, à alteração do Quadro de Pessoal se necessário e garantindo as necessidades da Câmara e as justificadas expectativas de evolução nas carreiras.

O Programa de Modernização das Instalações Municipais (02.01.03.) vai continuar a concentrar importantes investimentos e acções porque reside aqui um dos principais problemas da Câmara que afecta todos os serviços.

O Programa de Modernização de Equipamentos (PPI-02.01.04) prevê uma progressiva e continuada actualização dos equipamentos ainda que com fortes limitações orçamentais face às reais necessidades.

O Programa de Valorização do Município (02.01.05.) centra-se, essencialmente, na promoção interna e externa do concelho.

O Programa de Documentação (02.01.06.) visa, para além da aquisição de publicações, consolidar e alargar um conjunto de bases de dados sobre a actividade municipal e sobre o concelho e disponibilizar a sua consulta e uso.

3.2.02.99 Projectos Inovadores

Vamos continuar a implementação do programa “Câmara ao Encontro do Cidadão” (02.99.01.), aliás na sequência de bem sucedidas experiências anteriores, com o objectivo de fomentar uma nova cultura de abertura ao munícipe na organização municipal.

Luta e Contributo para o Desenvolvimento e o Emprego

Mantém-se actual o que, respeitante a esta matéria, escrevemos nas Opções do Plano para 2002:

“As políticas nacionais e, em particular a política nacional de desenvolvimento regional, são determinantes para o desenvolvimento local e regional. Não é possível definir e aplicar uma estratégia local de desenvolvimento (excepto em casos muito específicos) que consiga sobrepor-se àquelas políticas e à sua concretização no território concelhio ou da Região. Por isso, nos pronunciamos sobre aquelas políticas e propomos outras que entendemos mais adequadas e justas para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo e para as condições de vida dos diversos grupos sociais. A responsabilidade do Poder Central na situação dos concelhos e Regiões é, pois, nuclear e indescartável.

Consideramos que Montemor-o-Novo e o Alentejo têm sido pesadamente penalizados pelas políticas do Poder Central e que o seu estágio de desenvolvimento resulta disso. Consideramos, ainda, que um real processo de desenvolvimento do concelho e da Região implica uma nova e diferente orientação política. Aos Governos compete desencadear as políticas, os programas, os projectos, as medidas que despoletem e sustentem processos de desenvolvimento. Montemor, o Alentejo e, em geral, todo o interior do País continuam a aguardar tais opções !

Entretanto, esta nossa posição não significa alijar toda e qualquer responsabilidade deste tipo. Ao contrário, assumimo-las no âmbito das competências do Poder Local e procuramos e procuraremos uma activa intervenção municipal para o desenvolvimento.

Outras Opções Programáticas têm manifestamente incidência no desenvolvimento e no emprego. Ao individualizar estes programas pretendemos atribuir-lhes uma especial relevância”.

Este é o enquadramento que deve estar presente na análise desta Opção (código 03).

Lutar por novas políticas que assegurem o desenvolvimento e a criação de emprego e contribuir para tal, na medida das nossas limitadas competências, é uma prioridade da nossa política municipal. Esta opção programática (código 03) assenta em 3 pilares: planeamento estratégico (código 03.01.), apoio ao desenvolvimento (código 03.02.) e projectos inovadores (código 03.99.)

3.2.03.01. Planeamento Estratégico

A Carta Estratégica do Concelho (PA-03.01.) é o principal instrumento de intervenção estratégica cuja elaboração formal se encontra em curso e que pretendemos concluir assegurando, neste final, uma alargada participação. O ano em que passam 800 anos do 1º Foral e 500 anos do 2º Foral convida, atentas as devidas distâncias, ao lançamento de uma nova Carta visando um futuro mais próspero e justo de Montemor-o-Novo.

3.2.03.02. Apoio ao Desenvolvimento

O núcleo central deste pilar é o apoio ao desenvolvimento económico porque a diversificação e expansão da base económica concelhia com a indispensável criação de postos de trabalho é essencial para o processo de desenvolvimento. Não descuramos, contudo, a importância e impacto de outras acções ainda que, eventualmente, com menor visibilidade na sua incidência económica. Olhemos, então, os programas:

O Programa de Estruturas de Apoio ao Desenvolvimento (03.02.01.) dá prioridade à Zona Industrial da Aduar (em várias vertentes), ao Parque de Exposições, à disponibilidade para apoiar a conclusão do Parque de Leilões de Gado o que pressuporá um acordo escrito com a direcção da APORMOR.

O Programa de Promoção do Concelho (PA-03.02.02.) onde se destaca o apoio aos agentes económicos e as acções de captação de novos investimentos.

Nos Programas/Projectos de Iniciativa Municipal (03.02.03.) releva-se o Programa de Recuperação e Revalorização do Castelo e a conclusão do processo de criação de um Conselho Municipal para o Desenvolvimento Económico.

O Programa de Participação em Projectos de Outras Entidades (03.02.04.) em que mantemos a disponibilidade para o estabelecimento de parcerias para o desenvolvimento local.

O Programa de Turismo (03.02.05.) onde reforçando as participações na Região de Turismo de Évora e na Associação das Regiões de Turismo do Alentejo (estruturas indispensáveis à promoção turística) continuaremos a expandir a nossa actividade.

O Programa de Mercados e Feiras (03.02.06.) que, para além do êxito do trabalho em curso, haverá que equacionar o existente (por exemplo, a Feira de Maio) e estudar o lançamento de novos eventos.

Os Projectos/Programas Regionais (PA-03.02.09) prevê a realização do Congresso do Alentejo na nossa cidade.

3.2.03.99. projectos Inovadores

Em 2003, Montemor-o-Novo comemora 800 anos do 1º Foral e 500 anos do 2º Foral. Vamos assegurar, com a maior participação possível, um vasto e diversificado programa de dinamização e promoção do concelho com a denominação “Montemor 2003”.

3.2.04. Apoio ao Desenvolvimento Económico

O desenvolvimento económico assume particular importância no âmbito mais geral de uma política de desenvolvimento. De facto, para inverter a tendência para a desertificação é condição determinante a dinamização, expansão e diversificação da base económica.

Apesar das limitadas competências e possibilidades do Poder Local nesta área, todas as acções e contributos possíveis para este objectivo são importantes. Cabe-nos procurar a intervenção municipal adequada a esta Opção (código 04).

Assumimos como uma prioridade do Município apoiar e contribuir para a dinamização, expansão e diversificação da Base Económica.

3.2.04.01. Dinamização/Diversificação da Base Económica

A disponibilidade e dinamização de estruturas de apoio ao desenvolvimento económico, nomeadamente, na Zona Industrial da Adua, no Parque de Exposições e no apoio a toda a actividade económica em geral.

3.2.05. Ordenamento do Território e Urbanismo de Qualidade

Para a Câmara Municipal de Montemor-o-Novo, pós 25 de Abril de 1974, o Ordenamento do Território e o Planeamento Urbanístico nunca foram entendidos como mero cumprimento das competências da Autarquia, mas sim como pressupostos e práticas essenciais ao desenvolvimento do Concelho.

Continuaremos a melhorar e a aprofundar as nossas políticas nesta área.

Assim a gestão do território e o uso planeado do solo como instrumentos de promoção do desenvolvimento sustentável e integrado, de base local, constituem-se e confirmam-se como uma das opções programáticas decisivas.

Esta opção programática (código 05) concretiza-se através da gestão urbanística (código 05.00.), do planeamento (código 05.01.), do apoio à recuperação e construção de habitação (código 05.02.), da qualificação urbana (código 05.03.), da melhoria da rede viária (código 05.04.), do património (código 05.05.), do apoio a iniciativas de particulares (código 05.06.), da gestão dos solos (código 05.07.) e de projectos inovadores (código 05.99.).

3.2.05.01. Gestão Urbanística e Planeamento

No Programa de Gestão Urbanística (05.00.01.) iremos continuar a desenvolver e a actualizar os mecanismos de controlo e gestão para implementar e gerir de forma eficaz os instrumentos de planeamento.

O Programa de Planeamento (05.01.) visa uma prática capaz de ir ao encontro das expectativas da população, de forma actualizada, salvaguardando sempre (da pressão especulativa), o interesse público e colectivo. Está na base dos esforços que irão conduzir às aprovações da Revisão de Âmbito Limitado do PDM e

Salvaguarda do Centro Histórico da cidade e empreender esforços para, junta das entidades governamentais, assegurar a elaboração e discussão dos Planos de Urbanização das Sedes de Freguesia. Consubstanciados nestas “novas” figuras de planeamento, continuaremos a insistir na correcção de alguns dos parâmetros urbanísticos que se vêm revelando desactualizados, lesivos dos interesses das populações e condicionadores do desenvolvimento concelhio (como por exemplo os índices e densidades de construção).

3.2.05.02. Apoio à Recuperação e Construção de Habitação

Mantemos o apoio à habitação como uma das prioridades da Câmara neste mandato. Para além do evidente impacto positivo na qualidade de vida das populações, esta política tem também contribuído pelo efeito económico multiplicador da construção civil para o emprego e a dinâmica económica e ainda para valores concorrenciais e atractivos que trazem e fixam população.

Através do Programa de Habitação Municipal (05.02.01.) daremos um tratamento sistemático e integrado ao parque habitacional propriedade do Município.

Continuaremos a desenvolver Programas de Apoio à Recuperação de Habitação (05.02.02.) como o Programa Municipal de Apoio à Habitação Degradada e o Recria. Implementar-se-à o novo Programa Rehabita.

Com o Programa de Terrenos Municipais (05.02.03.) pretende-se uma política que evite a especulação urbana dos solos, continuando a disponibilizar novos lotes em loteamentos municipais, negociando terrenos em localidades com escassez de oferta e/ou procura de soluções alternativas.

O Programa de Parcerias para Construção de Habitação (05.02.04) pretende-se estimular detentores de terrenos urbanos em zonas carenciadas e/ou promotores a desenvolver loteamentos em parceria.

3.2.05.03. Qualificação Urbana

O Programa de Planeamento/Estudos/Projectos (05.03.01.) visa assegurar uma bolsa de projectos que permita, em tempo, concretizar as obras necessárias.

O Programa de Espaços Exteriores (05.03.02.) tem vindo a estabelecer um plano de qualificação das áreas exteriores, incluindo a intervenção/obra no terreno, com o objectivo de viabilizar soluções de qualidade em espaços urbanos humanizados, ambientalmente equilibrados e dotados de equipamentos e programas para a sua animação e uso, que são indispensáveis à vida social e colectiva das populações.

O Programa de Iluminação Pública (PPI-05.03.03.) garante, com a participação das Juntas de Freguesia, a continuidade do reforço e extensão da rede de iluminação pública.

3.2.05.04. Melhoria da Rede Viária

Assente no princípio fundamental da constante melhoria da qualidade de vida das populações, a requalificação da rede viária constitui outra das áreas em que é necessário continuar a intervir. Neste âmbito e assegurando a continuidade do trabalho já desenvolvido está previsto um esforço de investimento por parte da Autarquia que irá permitir atenuar as insuficiências existentes.

No Programa de Circulação e Trânsito (05.04.01.) prevê-se um conjunto de estudos/projectos bem como uma particular atenção à segurança rodoviária e ao ordenamento da circulação e trânsito.

No Programa de Requalificação da Rede Viária (PPI-05.04.02.) destaca-se um vasto programa de intervenções de melhorias e conservações quer nas zonas urbanas quer nas zonas rurais e ainda novas construções de arruamentos em várias freguesias rurais.

3.2.05.05. Preservação do Património

O Programa de Preservação do Património (05.05.01.) prevê o acompanhamento e/ou elaboração de estudos e planos de reabilitação e intervenções diversas de conservação bem como a implementação das directivas do Plano de Reabilitação e Salvaguarda do Centro Histórico.

3.2.05.06. Apoio a Iniciativas de Particulares

Este tipo de apoio, sobretudo centrado nas obras e loteamentos (PA-05.06.01.), estimula a dinâmica de iniciativa dos cidadãos e tem um papel de sensibilização de grande importância. Continuaremos a reforçar, em particular, esta última componente.

3.2.05.07. Gestão de Solos

Através do Programa de Bolsas de Terrenos (05.07.01.) pretende-se ultrapassar dificuldades de disponibi

que, havendo vontade dos proprietários, cobririam largamente as necessidades) e ainda garantir solos para equipamentos colectivos indispensáveis.

3.2.05.99. Projectos Inovadores

Queremos iniciar um Programa de Desenvolvimento Urbano Sustentado (05.99.01.) que procure formas e instrumentos inovadores de intervenção nesta área. Apesar do atraso que este Programa tem tido, queremos que constitua um desafio público para todos os que intervêm nesta área.

3.2.06. Elevação da Qualidade Ambiental

A procura de equilíbrio entre a defesa do ambiente e a conservação do património natural do concelho em articulação com a humanização da paisagem e as práticas agro-pecuárias tem constituído uma das preocupações desta Câmara nos últimos anos a que será dada continuidade.

Algumas das principais necessidades básicas da população estão aqui enquadradas e têm constituído uma prioridade fundamental quando não primeira dos Executivos Camarários pós 25 de Abril. Referimo-nos, nomeadamente, ao abastecimento público de água, ao saneamento básico e à higiene pública. Mantemos esta linha de rumo.

Mantemos a exigência de uma política nacional de ambiente que assegure respostas estruturais aos problemas que os municípios, no âmbito das suas competências, procuram resolver (por exemplo, escoamento e reciclagem dos produtos recolhidos, financiamento para projectos municipais e inter-municipais estruturantes, colaboração da Direcção Regional e não actuação administrativista e desligada da realidade).

Temos sabido manter em Montemor-o-Novo um património ambiental de grande qualidade sem grandes e irreversíveis atentados. Estamos perante uma das maiores potencialidades do concelho e eixo para um desenvolvimento integrado e sustentável.

Há, portanto, que enfrentar e procurar soluções para os principais problemas que afectam o nosso ambiente e nos quais, de alguma forma, o Poder Local pode intervir: os efluentes das pecuárias, as intervenções no solo e na paisagem, o tratamento dos diversos tipos de resíduos e dos efluentes domésticos.

Há, sobretudo, que potenciar e valorizar as nossas características ambientais como vector determinante da qualidade de vida e do desenvolvimento local e regional.

Valorizar numa perspectiva de desenvolvimento integrado e sustentável o nosso Património Ambiental, continuar a enfrentar e procurar soluções para os principais problemas ambientais, garantir a Elevação da Qualidade Ambiental é uma das grandes opções programáticas.

Esta opção programática (código 06) integra a promoção e defesa do ambiente (código 06.01.), a conservação da natureza (código 06.02.), o saneamento (código 06.03.), o abastecimento de água (código 06.04.), os resíduos sólidos (código 06.05.) e a higiene pública (código 05.05.).

3.2.06.01. Promoção e Defesa do Meio Ambiente

Neste âmbito, as acções propostas inserem-se em dois programas:

O Programa de Controlo da Poluição (06.01.01.) onde continua a assumir importância central o projecto inovador, candidatado e financiado pela UE, dirigido ao problema dos efluentes das suiniculturas.

O Programa de Defesa do Meio Ambiente (06.01.02.) onde se destaca o Plano Municipal de Ambiente, a educação ambiental e o Parque Integrado de Reciclagem.

3.2.06.02. Conservação da Natureza

A Rede Natura 2000 e o projecto para o Sítio de Monfurado mantém-se (PPI-06.02.01), após o êxito do trabalho efectuado em 2002, como as nossas principais prioridades nesta área.

3.2.06.03. Saneamento

Tendo o Município confirmado a opção, na sequência da discussão em devido tempo suscitada, por criar e integrar um sistema inter-municipal de gestão de saneamento (e águas) ficou perspectivada a intervenção futura do Poder Local nesta área da sua competência. Recorde-se que, em virtude da ruptura imposta por várias Câmaras (Évora, Borba, Alandroal, Mourão e Reguengos) no seio da AMDE, a candidatura consensualizada ao Fundo de Coesão da UE oportunamente apresentada ao Governo PS em Setembro de 2001 foi i

Montemorenses já que, assim, se garantirá a manutenção do carácter público e da gestão pública do sistema, o controle do tarifário e as competências e serviços (incluindo a situação dos trabalhadores) do Poder Local nesta área.

Continuaremos a implementar dois programas tendo em conta o acima descrito.

O Programa dos Sistemas Municipais de Saneamento (06.03.01.) onde manteremos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (PA-06.03.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de saneamento do concelho já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).

3.2.06.04. Abastecimento de Água

O que se disse no ponto anterior (3.2.06.03. Saneamento) é rigorosamente válido para o abastecimento de água.

No Programa dos Sistemas Municipais de Abastecimento de Água (06.04.01.) manteremos uma intensa actividade de manutenção, renovação e expansão da rede.

O Programa dos Sistemas Inter-Municipais (06.04.02.) visando uma activa participação na implementação do sistema inter-municipal de gestão, exigindo o respeito pelas nossas opções e o tratamento igual pelo Governo e assegurando o domínio e a gestão pública autárquica no sistema. Esta questão é crucial e decisiva para a resolução dos principais problemas de abastecimento de água no concelho – nomeadamente, a concretização do sistema de abastecimento de água a partir da Barragem dos Minutos - já que os montantes de investimento ultrapassam largamente a capacidade da autarquia (problema, aliás, geral no País).

3.2.06.05. Resíduos Sólidos

Nesta área, as principais acções estão contidas no Programa de Resíduos Sólidos Urbanos (06.05.01.). Releva-se a continuação da implementação do Plano Distrital de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (no seio da AMDE) incluindo a criação de uma empresa inter-municipal de gestão e a renovação e expansão de equipamentos.

A Câmara tem vindo a suportar, ao longo de 2002, os custos adicionais do tratamento dos resíduos sólidos urbanos (cerca de € 20.000,0 Euros). Não é possível continuar a adiar o lançamento da respectiva tarifa (exigida, aliás, no âmbito do financiamento concedido pela UE e pelo Governo) o que acontecerá em 2003 e em simultâneo nos Municípios do distrito que ainda não cobrarem tal serviço. Este assunto será mais desenvolvido na proposta de Orçamento.

3.2.06.06. Higiene Pública

Avulta no Programa de Higiene Pública (06.06.01.) a conclusão da construção do canil municipal e diversas acções de prevenção e sensibilização.

3.2.07. Desenvolvimento Cultural, Desportivo e Recreativo para a Cidadania

A intensa actividade sócio-cultural do concelho está indissoluvelmente ligada à política municipal que vem sendo seguida para o sector. Tal política tem procurado estimular criativamente a dinâmica dos diversos sectores sociais em presença, orientando a actividade no respeito e desenvolvimento da nossa forte identidade cultural, irmanando a tradição com a abertura ao progresso e à inovação e, em simultâneo, criando as condições físicas, humanas e financeiras indispensáveis.

A Câmara desempenha um papel imenso no apoio às instituições educativas, culturais, desportivas e recreativas do concelho bem como aos grupos informais que surgem. A par disso, a própria iniciativa camarária disponibiliza aos montemorenses e às suas instituições infra-estruturas e projectos de grande qualidade geralmente indisponíveis em zonas como a nossa.

Montemor tem vindo a adquirir crescente prestígio nacional e internacional pela diversidade, intensidade e inovação da sua acção sócio-cultural.

Este é um dos pilares que definimos como estratégico para o desenvolvimento de Montemor-o-Novo.

Aprofundar o desenvolvimento cultural, desportivo e recreativo para a cidadania baseado numa política municipal de democratização e formação de base, na iniciativa e dinâmica local e na projecção nacional e internacional constitui uma opção programática fundamental.

Esta opção programática (códigos 07 e 09) desenrola-se pela educação (tratada no código 09), pela cultura (código 07.01.), pelo desporto (código 07.02.), pelos tempos livres e lazer (código 07.03.), pelos equipamentos (código 07.04.), pelo apoio às associações (código 07.05.) e pelos projectos inovadores (código 07.99.).

3.2.07.01. Cultura

Montemor tem uma política cultural reconhecida e prestigiada em relação à qual temos tido a necessária capacidade de renovação. Fomentando uma participação activa das instituições e da população iremos continuar desenvolver esforços para garantir o salto de qualidade em curso que aprofunde a dinâmica existente e que continue a projectar Montemor nesta área.

Abordamos, de seguida, os dois principais programas embora alguns outros também aqui se reflectam.

O Programa de Dinamização de Actividades (PA-07.01.01.), para além das actividades que vimos desenvolvendo, estará muito ligado ao Programa “Montemor 2003” propondo-se uma alteração de funcionamento durante 2003 e a retoma renovada de um conjunto de Ciclos e Festivais em 2004. Aproveitaremos para uma reflexão, discussão e decisão sobre algumas iniciativas que, como o Festival Sete Sóis Sete Luas, exigem uma clarificação definitiva.

O Programa para o Património Cultural (07.01.02.) consolidará o trabalho em curso e clarificará alguns projectos necessitados de definição.

3.2.07.02. Desporto

Vamos continuar a priorizar esta área de actuação municipal que queremos com uma importância acrescida. Se as actividades diárias, quer de iniciativa municipal quer de instituições e municipais, têm um relevo e uma participação significativas – que, contudo, podem ser expandidas -, são os equipamentos que concentram grandes esforços e investimentos.

O Programa de Dinamização de Actividades (07.02.01.) assegura a continuidade e a expansão do que se vem fazendo, dando uma especial atenção à componente de formação e lançando novos projectos dirigidos a sectores específicos.

No Planeamento (07.02.02.) propomo-nos avançar para a elaboração da carta desportiva do concelho.

3.2.07.03. Tempos Livres e Lazer

Não obstante aqui se explicita o trabalho da Oficina da Criança (que tem claro impacto nas áreas da cultura e da educação), pretende-se avançar com novos projectos fruto da reflexão efectuada e aprofundar a reflexão sobre a intervenção municipal programada de tempos livres e lazer noutros sectores sociais.

3.2.07.04. Equipamentos

Pela importância que assumem do ponto de vista estruturante e pelos recursos de investimento que exigem, entendemos individualizar aqui os equipamentos.

Os Programas de Equipamentos Culturais e de Lazer (07.04.01.) e Equipamentos Desportivos (07.04.02) explicitam quer o funcionamento dos existentes quer o investimento em curso e previsto a este nível.

3.2.07.05. Apoio às Associações

Definimos uma linha clara de reforço do apoio ao movimento associativo com vista à manutenção, criação e expansão de actividades mas também de consolidação das estruturas associativas. Mantemos como princípios fundamentais o respeito pela autonomia associativa e o tratamento igual às associações.

Vamos continuar o Programa de Apoio à Construção e Beneficiação de Equipamentos (07.05.01.), o Programa de Apoio às Actividades dos Clubes e Associações Desportivas (07.05.02.) e às Associações Culturais (07.05.03.).

3.2.07.99. Projectos Inovadores

Tendo-se verificado um atraso em 2002 decorrente da clarificação do projecto e candidatura ao Arquivo Municipal, mantemos que a grande aposta, virada para o incremento do associativismo (07.99.01.), é o início da implementação do Centro de Apoio ao Movimento Associativo que se configura a dois níveis: um gabinete

3.2.09. Educação

As competências autárquicas incidem essencialmente no ensino pré-primário e no 1º Ciclo do Ensino Básico mas a nossa intervenção e apoio estende-se aos restantes níveis.

A trabalho da Câmara de Montemor-o-Novo no concelho é reconhecido nesta área. Mantemos e reforçamos o que de positivo se vem realizando e avançamos com um ambicioso Programa de recuperação do parque escolar edificado que aguarda decisão de financiamento comunitário.

A elaboração da Carta Escolar do Concelho bem como outros programas mantêm-se como opção para 2003.

O Programa de Requalificação de Equipamentos Escolares (09.01.01. e 09.01.02.) continuará em curso.

O Programa de Acção Social Escolar (PA-09.02.01.) e o Programa de Transportes (PA-09.02.02.) manterá a concessão de um imenso apoio social.

O Programa de Dinamização de Actividades (09.03.) quer desportivas (09.03.01.) - em que para fazer face ao esquecimento a que a administração central tem votado o desporto escolar, a Câmara vem procurando dar algum contributo -, quer culturais (09.03.02.) - com uma enorme e inabitual oferta -, quer recreativas (09.03.03.) será continuado.

O âmbito de Outras Actividades (PA-09.04.), destaca-se o apoio a alunos do Ensino Superior e ao Ensino Recorrente.

3.2.08. Reforço do Apoio ao Movimento Associativo

O movimento associativo é aqui entendido em sentido lato, isto é, não abrange apenas as colectividades culturais, desportivas e recreativas mas todo o tipo de associativismo sem fins lucrativos que, de algum modo, se reconheça importante para o nosso concelho.

O que atrás foi dito apenas para aquelas colectividades deve ser entendido como extensivo a todo o movimento associativo.

Hoje, a complexidade da situação do movimento associativo aconselha a que se prolongue o esforço para um profundo conhecimento da realidade e a busca comum de respostas aos problemas existentes.

Vamos procurar, em diálogo, formas novas e adequadas para reforço do apoio ao Movimento Associativo numa perspectiva de dinâmica local.

3.2.09. Dinamização e Apoio a Iniciativas e Acções de e para a Juventude

Não obstante o conjunto de actividades municipais (ou em parceria) que se dirigem para/ou à Juventude e que, de alguma forma, se vão mantendo, há que reconhecer insuficiências nesta área da nossa actividade que não ultrapassámos em 2002.

Dois projectos necessitam de concretização em 2003 para que se inicie um novo ciclo da política municipal nesta área.

O primeiro, a conclusão da renovação do Centro Juvenil (PPI-07.04.01), instalando-o em definitivo no antigo “colégio”, retomando e dinamizando (PA-08.01.01), naquela base, programas dirigidos aos jovens ou de sua iniciativa.

O segundo, a preparação de um Fórum da Juventude que, garantindo ampla participação juvenil, permita identificar e apontar perspectivas de trabalho para a juventude e com a juventude.

Estabelecer, com a participação dos jovens, uma política municipal clara e eficaz para a juventude é opção central.

3.2.10. Solidária Acção Social

Os problemas sociais existentes no concelho, na sua esmagadora maioria resultantes de uma profunda assimetria na distribuição do rendimento nacional, com reflexos em amplos sectores sociais que sobrevivem com valores irrisórios e indignos, tem motivado uma crescente intervenção camarária.

Sendo clara a responsabilidade determinante do Poder Central nesta matéria, a Câmara tem diagnosticado e denunciado a situação, tem assumido a conseqüente acção reivindicativa, tem apoiado as justas reivindicações dos montemorenses e das suas instituições.

Paralelamente, e de acordo com as limitadas competências de que dispõe, a Câmara tem-se predisposto para a cooperação activa em iniciativas da Administração Central, tem apoiado (das mais diversas formas) as instituições concelhias, tem dinamizado e apoiado a criação de novas instituições.

Igualmen

Propomo-nos, assim, manter o esforço de apoio e intervenção que vimos assegurando, com bons resultados, nesta área.

Destaca-se o Programa de Apoio a IPSS(s) (10.01.01.) que está, sobretudo, virado para a construção e instalação de centros de dia, lares e outras valências. Ainda a relevar a participação em projectos de parceria com outras entidades.

Propomo-nos implementar o projecto Rede Social que entendemos ser um instrumento fundamental de coordenação de esforços entre instituições e de intervenção integrada nesta área. De igual forma, iremos promover o Plano Municipal de Prevenção Primária das Toxicodependências.

Manteremos o apoio às comissões e associações de reformados, pensionistas e idosos com quem procuraremos discutir a criação de programas regulares de animação, prevenção e outros.

É nossa opção programática intensificar a solidária acção social quer por iniciativa municipal quer através de parcerias.

3.2.11. Melhor Protecção Civil e Segurança

A responsabilidade pela Protecção Civil (PA-11.01.) tem vindo a recair sobre as autarquias locais e os Bombeiros sem que da parte do Poder Central se defina uma política clara que delimite responsabilidades, identifique meios, disponibilize recursos.

No distrito, temos sido pioneiros no que respeita à protecção civil. Fomos dos primeiros a criar o Centro de Emergência de Protecção Civil; fomos dos primeiros a elaborar o Plano de Emergência Concelhio de Protecção Civil; mantemos uma actividade regular no concelho e uma excelente coordenação e cooperação com os Bombeiros Voluntários com quem assinámos um Protocolo que contempla estas matérias.

O nosso Programa de Protecção Civil (PA-11.01.01.) centrar-se-á na exigência de uma política nacional clara que delimite responsabilidades e nos disponibilize os necessários recursos, no funcionamento regular do Centro, no reforço do apoio aos nossos Bombeiros Voluntários secundando-os na exigência de financiamento para a remodelação do Quartel e ainda no reforço da coordenação municipal da Protecção Civil e na revisão do Plano de Emergência Concelhio.

A Segurança Pública (PA-11.02.) é responsabilidade primeira do Poder Central. Temos vindo a assistir a uma preocupante diminuição dos efectivos da GNR com clara quebra dos níveis de prevenção e segurança necessários à cidade e ao Concelho. Por outro lado, crescem manifestações de actividades atentatórias de um são clima social na comunidade com a consequente insegurança. Em 2003, teremos que prestar reforçada atenção àquelas questões. Deverá sobrelevar-se que a colaboração entre a Câmara e o comando da GNR se tem mostrado decisiva para actuar com eficácia sobre problemas que regularmente o Concelho defronta. Consideramos esta colaboração – que exige um esforço continuado de ambas as instituições – determinante para a nossa segurança. Convirá registar que a Câmara tem apoiado – sem que tivesse tal obrigação – a modernização de instalações da GNR o que tem permitido, por exemplo, manter ou reforçar efectivos.

Propomo-nos manter esta política de acção e assegurar o funcionamento do Conselho Municipal de Segurança.

Vamos contribuir para melhor Protecção Civil e Segurança no concelho.

4. Orçamento/2003

Este Orçamento, o primeiro em que o POCAL cobre o exercício anual completo, contém substanciais, e em geral positivas, alterações mas cujo reflexo só agora se inicia. Entretanto, o classificador das rubricas económicas do POCAL voltou a ser profundamente alterado face a 2002.

Vamos continuar a fazer a adaptação ao POCAL de forma gradual mas aprofundando já um conjunto de procedimentos que reputamos de fundamentais para se começar a tirar benefícios para a gestão daquele instrumento.

4.1. Situação Económico-Financeira da Câmara

A Câmara apresenta uma boa situação económica e financeira que se traduz, nomeadamente, por uma dívida corrente equilibrada, por um endividamento baixo e beneficiando de excelentes taxas bonificadas (ver Mapa dos Encargos Anuais a Satisfazer com a Liquidação de Empréstimos), por uma capacidade de endividamento que se situa muito abaixo do limite legal, numa menor dependência dos FGM, FCM e FBM.

Contudo, o volume de projectos e acções em conclusão, em curso ou a lançar onde avoluma um conjunto de obras de cariz estruturante (Piscinas Recreativas, Parque Escolar, Parque de Exposições, programa do Castelo, piscina coberta, qualificação urbana, instalações municipais, edifício das Finanças, arruamentos, etc.) obriga a um grande esforço de investimento cujo financiamento depende de diversas origens (fundos comunitários e nacionais, locação financeira, etc.). Esperamos que o III QCA disponibilize as verbas esperadas.

Entretanto, o Governo insistiu e manteve o Art.º 18º do Orçamento de Estado para 2003 que limita drasticamente a capacidade e a possibilidade de financiamento das Autarquias Locais através de créditos. Esta imposição afecta, sobretudo, Câmaras que, como a nossa, têm sabido manter uma dívida equilibrada e uma reserva de financiamento para obras consideradas fundamentais. Seremos, pois, afectados negativamente nos nossos investimentos podendo mesmo estar em causa a integral utilização das verbas comunitárias do III QCA.

Temos vindo, com êxito, a apostar – no que da Câmara depende e mantendo uma invejável situação económico-financeira – num salto qualitativo global do concelho e da qualidade de vida das populações.

4.2. Receitas

A nova Lei das Finanças Locais que inicialmente perspectivou um aumento das transferências do O.E. na ordem dos 22,3% - o que ainda assim não repunha a capacidade perdida por anos de não aplicação da anterior Lei nem cumpria as promessas governamentais de duplicação das verbas para as autarquias -, tem na prática mostrado as limitações que lhe apontámos. Infelizmente, o Governo retoma o mau hábito de cariz centralista de suspender, através das Leis do Orçamento de Estado (primeiro no Orçamento Rectificativo e, agora, de forma ainda mais grave no OE para 2003), a aplicação da Lei das Finanças Locais.

O Governo vem, assim, confirmar e reforçar as orientações centralistas para as quais já tínhamos alertado. Opção tanto mais grave quanto as verbas destinadas ao Poder Local representam em Portugal, recorde-se, 10% da despesa para uma média da UE superior a 14%.

Há, portanto, que afirmar com clareza que só aceitaremos transferências de novas competências se acompanhadas dos meios necessários à sua cabal execução. A verificar-se tal transferência teremos que, em tempo, proceder à respectiva adequação orçamental.

Continuamos a aguardar e a exigir uma reforma fiscal que despenalize os portugueses de menores recursos e aplique um sistema progressivo. É particularmente chocante que, por exemplo, a Contribuição Autárquica coloque a posse de habitação própria a pagar mais do que a grande propriedade fundiária. Um novo factor de distorção tem vindo a afectar recentemente a pequena propriedade: as novas reavaliações. A Câmara, ainda que sem competência e responsabilidade nesta matéria, propõe-se manter a redução da taxa procurando assim minorar um pouco este problema. Tal significará uma receita mais baixa em cerca de 1/3 (± 15 mil contos) o que se traduzirá na não realização de algumas pequenas obras de urbanização.

Haverá ainda a realçar a necessidade de introdução de uma nova tarifa para tratamento e deposição dos resíduos sólidos urbanos. Decorre da entrada em funcionamento do Aterro Sanitário de Évora no âmbito da concretização do Plano Director de Resíduos Sólidos do Distrito que, na base da criação de uma empresa inter-municipal de gestão, transporta, trata e deposita os lixos de 12 concelhos do distrito. A nova tarifa, cuja entrada em vigor é concertada no distrito (excepto para os concelhos que já a tinham implementado), não vai no nosso Concelho cobrir sequer a totalidade dos custos adicionais que a Câmara vem suportando com os lixos que entrega desde início de 2002 no Aterro Sanitário de Évora.

Admitimos ainda que, face à quebra da actividade económica, possa não se atingir a cobrança de receitas projectada.

O total das receitas previstas ascende a € 21.315.980,00 euros sendo € 10.833.811,00 correntes e € 10.482.169,00 de capital. Este ambicioso volume de receita só será atingido se for possível assegurar o elevado financiamento comunitário e nacional previsto. Acautelando esta previsão, o PPI incluído nas Opções do Plano assinala com * as acções que só se concretizarão mediante a obtenção daquele financiamento. Correspondendo aquelas acções a valores que ascendem a cerca de € 4 milhões de euros compreender-se-á a insistência nesta vertente. Por outro lado, a realização dos níveis previstos de alguns impostos, como a Sisa, mantém grande imprevisibilidade.

Pretendemos recorrer, apesar das dúvidas que o OE/2003 nos deixa, à anunciada linha de crédito para investimentos financiados pelo III QCA simultaneamente com condições mais favoráveis que as detidas actualmente.

A captação de receita quer própria quer em parceria (AMDE, autarquias, instituições) continuará como uma das mais importantes vertentes da nossa gestão.

4.3. Despesas

Por obrigação legal, o total das despesas terá que igualar as receitas previstas sem que se evidencie o eventual défice ou superave a assumir. Não tem sentido falar sequer na distinção entre despesas correntes e despesas de capital porque, por lei, somos obrigados a incluir reais despesas de investimento (por exemplo, de pessoal) em correntes. Por estas e outras razões, já antes invocadas noutros documentos, o Mapa Resumo das Despesas/Classificação Económico-Orgânica ou o Mapa Resumo das Despesas Segundo a Classificação Funcional não podem ter uma leitura directa que induz erros objectivos. Este é um dos problemas que se mantém com o POCAL.

*Destacaremos, pois, alguns dos investimentos mais vultuosos: Instalações Municipais (962,5 mil Euros), renovação do Parque Escolar (1.422 mil Euros), Reabilitação Urbana por todo o concelho (791,6 mil Euros), Piscinas Recreativas/Parque Urbano (1,55 milhões de Euros), início da remodelação do Cine-Teatro Curvo Semedo (- * - 100 mil Euros), saneamento básico incluindo Etars em Montemor, Silveiras, Lavre, Escoural, S. Cristóvão e Casa Branca (- * - 503 mil Euros), início da remodelação da Estrada Silveiras/Cabrela (- * - 100 mil Euros), início da pavimentação da Estrada da Pintada (- * - 50 mil Euros), Castelo (- * - 150 mil Euros), Planos e Projectos (145 mil Euros), Pavilhão Gimno-Desportivo (50 mil Euros), Ambiente (100 mil Euros), Resíduos Sólidos (220 mil Euros). O apoio directo aos montemorenses e às suas instituições está disperso por várias rubricas mas ascenderá, pelo menos, a 1 milhão de Euros.*

Finalmente, ainda um destaque para a descentralização para as freguesias. Continuamos a reforçar a descentralização, nomeadamente, com os Protocolos de Descentralização. A Câmara continua a assumir o compromisso de garantia do nível de financiamento das Juntas de Freguesia (sustentando assim a excelente actividade que desenvolvem) quer aumentando o montante anterior em 3% quer prevendo acordos específicos (transportes escolares, obras de média dimensão, etc.). O valor global para esta descentralização corresponderá a cerca de 500 mil Euros.

4.4. Operações de Tesouraria

Os valores movimentados através de Operações de Tesouraria têm vindo a atingir montantes absolutos e saldos médios elevados que aconselham uma gestão rigorosa que possa obter, dentro das condicionantes legais, benefícios financeiros. Em 2003, continuaremos a melhorar este tipo de gestão.

5 - Conclusão

As Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003 mantêm metas ambiciosas que pretendem responder às principais necessidades do Concelho tendo em conta, por um lado, os poucos recursos que nos são disponibilizados e, por outro lado, a captação possível de financiamentos nomeadamente através do III Quadro Comunitário de Apoio da União Europeia. Num ano de retracção económica, tudo faremos para que avancem projectos concelhios financeiramente pesados mas inquestionavelmente necessários ao Concelho.

Com ambição e realismo, continuaremos a pugnar pelo promoção e prestígio de Montemor-o-Novo em termos regionais, nacionais e internacionais e a dar um importante contributo para o desenvolvimento e para uma melhor qualidade de vida no Concelho.”

Entrando depois na discussão na especialidade, disse o senhor Presidente terem os eleitos do MCPM entregue um documento contendo algumas propostas pontuais para o Plano de Actividades de 2003. Disse, contudo, que tais propostas para além de terem sido entregues já depois dos documentos distribuídos entre toda a Vereação, levantam também alguns problemas de articulação entre o Plano de Actividades, o Plano Plurianual de Investimentos e o Orçamento nomeadamente algumas propostas que implicariam investimentos vultuosos e para os quais não é sequer apresentada qualquer quantificação. Ainda assim entenderam os eleitos da CDU considerá-las e discuti-las. O teor do referido documento é o seguinte:

“O Plano de Actividades da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo para o ano de 2003 deverá corresponder a uma estratégia correcta de desenvolvimento no plano económico, social e ambiental, promovendo uma melhor aualidade de vida.

Porque a fixação de populações e empresas com as estruturas necessárias constitui um factor fundamental de desenvolvimento e promoção do concelho, os vereadores da Câmara Municipal eleitos pelo MCPM propõem:

- 1. Criação de Empresa Gestora do Parque Industrial da Adua que permita a participação dos Empresários.*
- 2. Programas de apoio ao comércio local estabelecendo parcerias com os comerciantes, com as associações de produtores e agricultores, com vista à promoção dos produtos e serviços do concelho de Montemor-o-Novo;*
- 3. Loteamentos nas freguesias rurais que contribuam para a fixação da População;*

Constituem estas três propostas contributos para a criação de novos postos de trabalho, a fixação dos jovens e a dinamização da vida económica do concelho.

A Política Social deve orientar-se para o apoio aos mais necessitados, permitindo a coesão da Comunidade, e formando cidadãos responsáveis, conscientes e participativos. Assim propomos:

- 1. Elaboração da Carta Social do Concelho.*

É fundamental fazer o diagnóstico social para racionalizar objectivos, prioridades, recursos e estabelecer estratégias mais adequadas;

- 2. Constituição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco.*

Constitui um importante instrumento funcional e jurídico, que potencia os recursos de várias Instituições do Concelho, e permitir um melhor e mais célere apoio às crianças e jovens em risco;

- 3. Programa de Habitação Social.*

Existem no concelho famílias sem habitação condigna ou possibilidades de fazer face às despesas que o actual programa municipal de recuperação exige, assim como não têm poder de compra perante o mercado de habitação existente;

A protecção do meio ambiente é fundamental para a fixação de empresas e sobretudo para melhorar a qualidade de vida e a saúde pública. Esta área constitui uma preocupação pois no concelho a maioria dos esgotos não tem tratamento, poluindo assim o rio Almansor e as ribeiras, pelo que propomos:

- 1. Avançar com urgência com a apresentação de candidaturas para os sistemas de tratamento de esgotos dado que os fundos comunitários irão até 2006;*

- Estação de Tratamento de Esgotos do Parque Industrial da Adua. Trata-se de uma Zona Industrial que necessita tratamento específico dos seus efluentes, de modo a poder captar a fixação de empresas de qualidade;*

- Estações de Tratamento de esgotos na cidade de Montemor-o-Novo, Lavre, São Cristóvão, Santiago do Escoural e Silveiras.*

Sem um tratamento eficaz dos esgotos, a qualidade de vida das populações está comprometida.

- 2. Abastecimento de Água da Barragem dos Minutos;*

Apresentação de candidatura a projecto para a estação e rede de distribuição pública domiciliária a partir da barragem dos Minutos de modo a beneficiar dos financiamentos actualmente disponíveis.

A relação do cidadão com a sua terra, é fundamental para desenvolver a cidadania.

Assim propomos:

- 1. Promoção de um concurso de ideias para a revitalização do eixo Rossio, Largo das Sociedades, Jardim e Rua de Avis.*

A cidade de Montemor-o-Novo necessita de um centro que restitua à população a função social do espaço público.

- 2. Elaboração de um sistema de circulação viária que discipline a circulação de veículos pesados no interior da cidade.*

A circulação de pesados no interior da cidade prejudica o descanso e sossego nos bairros residenciais para além de provocar danos nas respectivas ruas.

Democratização da Câmara Municipal de Montemor-o-Novo

A revolução de Abril, ao estabelecer o poder autárquico, trouxe igualmente o aumento das responsabilidades deste na pedagogia de atitudes, de modo estimular a participação dos cidadãos na comunidade de forma democrática e transparente. A Câmara Municipal é uma instituição pública da qual se espera isenção.

Assim propomos:

- 1. Reformulação do actual boletim municipal transformando-o num boletim do município.*

2. *Divulgação pública das propostas de ordem de trabalhos das Reuniões de Câmara.*
As propostas devem ser afixadas nos expositores da Câmara e das Juntas de Freguesia, nos jornais e rádio local, de forma a possibilitar que os munícipes estejam informados sobre as matérias em análise;
3. *Regulamentação dos Apoios Municipais às Instituições sem fins lucrativos do concelho.*
A correcta gestão pública implica necessariamente a regulamentação de apoios, a igualdade de tratamento, a transparência e a isenção na relação com todas as instituições sem fins lucrativos.”

Procedendo à análise individual de cada uma das referidas propostas apresentadas no documento subscrito pelos Vereadores do MCPM, o senhor Presidente leu e apresentou nesse sentido um documento dos eleitos da CDU, que em observância às mesmas refere o seguinte:

“Sobre as “Propostas dos vereadores eleitos pelo MCPM para o Plano de Actividades do Ano de 2003”

1. *O documento dos Vereadores do MCPM com propostas para o “Plano de Actividades do Ano 2003” foi apresentado apenas a 11/12/02 (o convite a contribuições para a elaboração das Propostas de Opções do Plano e Orçamento/2003 vem desde início de Outubro), já após a distribuição das Propostas de Opções do Plano e Orçamento/2003 para discussão na presente reunião de Câmara.*
2. *Do ponto de vista técnico, aquelas propostas ignoram que as Opções do Plano têm que articular a coerência entre o Plano de Actividades (PA) e Plano Plurianual de Investimentos (PPI) bem como uma ligação coerente com o Orçamento, nomeadamente, identificando o financiamento das acções de investimento propostas e esclarecendo as prioridades e as escolhas, isto é, que acções devem deixar de se fazer.*
3. *As Propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003 aplicam o Programa e respeitam a estratégia de desenvolvimento que os Montemorenses sufragaram e que visa a elevação da qualidade de vida e o contributo para uma sociedade mais justa. Com essa referência e na base do princípio democrático que perfilhamos de ponderar com seriedade todas as propostas decidindo pelo que consideramos o interesse colectivo dos Montemorenses e do Concelho, passamos à sua análise:*
 - a) *Como temos afirmado, não excluimos a hipótese de, fundadamente, vir a propor a criação de uma empresa gestora da ZIA. Entretanto, e tendo em conta a actualmente fraca disponibilidade dos empresários para participação numa tal empresa, e ainda que, nas condições actuais, tal significaria obrigatoriamente um importante aumento do preço dos lotes, entendemos trabalhar para a criação de uma estrutura de gestão da ZIA de participação aberta aos investidores que, se se justificar e houver condições e vontade poderá evoluir para uma empresa de maioria capital municipal. Tal acção decorre no âmbito mais genérico da “Realização de iniciativas com os empresários” (PA-04.01.01) mas entendemos que se justifica a sua explicitação pelo que propomos a respectiva alteração incluindo na proposta de Plano de Actividades, pág. 31, no projecto 04.01.01.01. – Zona Industrial da Adua, uma nova acção “criação de estrutura de gestão com participação de empresários”.*
 - b) *Concordamos com programas de apoio à actividade económica. Aliás, alguns desses programas (por exemplo, de apoio aos pequenos agricultores ou o URBCOM) estão já em curso. Esta proposta já consta dos documentos apresentados (vidé programas 03.02.02., 03.02.03., 03.02.04.).*
 - c) *Estão em execução há anos loteamentos nas freguesias rurais onde tem sido possível negociar terrenos. Temos vindo a reforçar a atenção a esta área, nomeadamente, através de loteamentos municipais (cidade, Ciborro, Silveiras, Escoural, Cortiçadas, S. Geraldo), de cedência de lotes, de apoio e/ou parceria com promotores privados. Tendo em conta os fracos mecanismos legais de intervenção nesta área, continuaremos a procurar incentivar acções, sobretudo, em freguesias onde, existindo terrenos, não tem existido disponibilidade de proprietários. Estas acções estão previstas, nomeadamente, nos programas de 05.02.02., 05.02.03., 05.02.04..*
 - d) *Concordamos com a proposta de início da elaboração da carta social do concelho enquanto instrumento para um melhor conhecimento e intervenção nas questões sociais. Como todas*

assim, propomos que se introduza na proposta de Plano de Actividades, pág. 70, no projecto 10.01.01.02 – projectos municipais uma nova acção denominada “Início de elaboração da Carta Social” que deverá ser articulada com a prevista “Criação da rede social”.

- e) Em consonância com a ANMP, a Câmara de Montemor não avançou com a constituição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco porque entende que tal não pode significar – como, de facto, se vem verificando – a desresponsabilização do Governo nesta matéria e, ainda menos, a passagem de problemas para as autarquias sem que sejam disponibilizados os necessários e indispensáveis recursos e colaboração institucional. Consideramos que, no respeito pela Lei Quadro de Transferência de Competências, se poderá encarar a iniciativa de criação daquela Comissão desde que garantidos os pressupostos enunciados porque só assim será possível apoiar realmente as crianças e jovens em risco. Assim, propomos que se inclua na proposta de Plano de Actividades, pág. 70, programa 10.01.01.02 – Promoção/Participação projectos uma nova acção “Estudo da constituição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco”.*
- f) A proposta de um Programa de Habitação Social, cuja responsabilidade primeira cabe ao Poder Central, não tem qualquer fundamentação mínima que permita avaliar a sua seriedade: a Câmara deve avançar por si só ou com parceiros? Neste caso, quais são e que moldes, incluindo legais, deve ter a parceria? Quantos fogos construir e em que terrenos? Deve avançar-se só na cidade ou também nas freguesias rurais e em todas? Quais são os custos globais e como se obtém financiamento? Tal opção implica ou não que a Câmara consiga garantir outras importantes prioridades do concelho? Sem necessitar de usar outros argumentos, é evidente que não há qualquer possibilidade – se essa fosse uma boa opção – de se avançar com um programa de habitação social para 2003 uma vez que o Governo excluiu (Art.º 18º do OE / 2003) o acesso ao financiamento para habitação social. Entretanto, em 2003, continuaremos a dar apoio social para a recuperação de habitação por várias vias, nomeadamente, o Programa Municipal de Recuperação de Habitação Degradada de reconhecido êxito.*
- g) Demos prioridade ao processo para tratamento dos esgotos e abastecimento de água que, por imposição governamental, passa pela criação de um sistema supra-municipal de gestão. Recorda-se que este processo tem um atraso actual de 1 ano e 3 meses porque o então Ministro do Ambiente, Eng.º Sócrates, não deu o devido seguimento à candidatura ao Fundo de Coesão, consensualizada no distrito de Évora para um sistema inter-municipal, pressionou e conseguiu que, já este ano, Câmaras de maioria PS tenham rompido o acordo e obrigado à reelaboração da candidatura. Mantemos um completo empenhamento na urgência desta prioridade que consta na rubrica 06.03. das Opções do Plano. Convirá referir que a ZIA não necessita de uma ETAR (esta discussão e decisão está feita há muito !) porque o tratamento primário específico, quando obrigatório, é da responsabilidade legal da empresa e que o efluente que não necessite de tratamento primário ou que resulte deste poderá ser tratado, com vantagem, na nova ETAR da cidade. Quanto ao abastecimento de água da Barragem dos Minutos foi-nos imposta a sua resolução no âmbito de um sistema supra-municipal. Caso o processo não tivesse sido atrasado, estamos certos que hoje já teríamos projecto completo. Curiosa é a afirmação de que existem “programas governamentais com financiamentos a 100%”: ficamos a aguardar que nos identifiquem tais programas bem como lhes poderemos aceder!*
- h) Diversos espaços públicos na cidade tem sido requalificados e desempenham importantes funções sociais de que a população se apropriou e usa com gosto. A área do Rossio tem um projecto em curso. Três das quatro fases estão já concretizadas, faltando a zona da Praça de Touros já com estudo prévio. Não nos parece justificar-se que se desperdice o trabalho já efectuado nesta zona da cidade. Contudo, uma outra zona que temos vindo a discutir – Rua de Aviz, Largo Calouste Gulbenkian, zona dos Bombeiros e Mercado, Praça da República – poderá justificar um concurso de ideias. Deixamos a discussão aberta sobre este ponto.*
- i) Concordamos com uma disciplina de circulação de veículos pesados no interior da cidade. Tal deverá ser resolvido no âmbito da Revisão do Plano de Circulação e Trânsito previsto no programa 05.04.01..*

j) *Propomo-nos uma opção estratégica de aprofundamento democrático através de programas diversos para uma Gestão Democrática, Aberta e Participada. Discordamos da transformação do Boletim Municipal num novo órgão de comunicação social local dirigido pelo poder político local e em concorrência com os órgãos de comunicação social existentes. O caminho deverá ser a melhoria do actual Boletim que deverá continuar, como legalmente está estabelecido, a assegurar a obrigação de informação da actividade municipal. As Opções do Plano não podem tratar de acções pormenorizadas. Dir-se-à, contudo, que actualmente já se divulga os dias, horas e locais das reuniões de Câmara, o tipo e horários das reuniões e também as propostas de ordem de trabalhos (que, aliás, a lei não obriga). Concordamos em reforçar a divulgação geral de tudo o que diz respeito às reuniões de Câmara. A criação de regulamentos para apoios municipais aos agentes culturais, desportivos e sociais do concelho, não sendo a única nem necessariamente a melhor forma de garantir a igualdade de tratamento, a transparência e a isenção nos apoios, é um instrumento que, na senda vasta experiência da Câmara na aplicação daqueles princípios e dos significativos apoios concedidos, poderá corresponder a um salto qualitativo no apoio ao movimento associativo. A elaboração de um primeiro documento de trabalho está em curso e o Regulamento deve ficar concluído em 2003 pelo que se concorda em explicitar esta acção no programa 07.05. Assim, propomos que na proposta de Plano de Actividades se inclua duas novas acções, uma na pág. 58, projecto 07.05.02.01 – Apoio ao desenvolvimento de actividades e outra na pág. 59, projecto 07.05.03.01, idem, com a mesma designação “conclusão do regulamento de apoios municipais”.*

4. *A rigorosa ponderação que acabámos de fazer das propostas recebidas deixa claro que, sem abdicarmos de princípios e de orientações estratégicas com que nos comprometemos com os Montemorenses, valorizamos a discussão útil de propostas que contribuam para um concelho melhor.”*

Intervio depois o senhor Vereador Jorge Queiroz para dizer que numa primeira apreciação geral por parte dos Vereadores do MCPM se verificam como problemas centrais, claramente um modelo de desenvolvimento errado e uma presença municipal na relação com os agentes potencialmente dinamizadores e os munícipes. Tal continua patente nos documentos agora apresentados. A gestão da Câmara é muito centralizadora, tutelar e dificulta a iniciativa da sociedade civil.

Disse ainda o senhor Vereador Queiroz que no caso da Zona Industrial da Adua é verificável que não tem uma gestão empresarial, mas meramente administrativa centralizada nos Paços do Concelho e os resultados negativos são evidentes.

Afirmou o mesmo eleito que não existem programas de apoio ao comércio, havendo quem afirme com algum exagero que Montemor está a morrer em termos comerciais e as cidades próximas são mais atractivas, questões que deveriam merecer maior atenção da autarquia.

Disse também que no tocante ao sector agrícola a posição da maioria é dogmática sobrevalorizando a dimensão das empresas, preferindo as pequenas e médias, sabendo-se que num espaço altamente competitivo como o da União Europeia esta visão está ultrapassada e faz parte de uma certa “arqueologia económica”. Continuou o senhor Vereador afirmando que o que interessa à região são empresas fortes, competitivas, empregadoras e que as próprias pequenas e médias se estão a associar para evoluir e fortalecer a sua intervenção.

Outra preocupação, esta de carácter demográfico é que um terço da população concelhia são reformados e que o índice de envelhecimento de Montemor-o-Novo, cento e noventa e cinco idosos para cada cem jovens, é dos piores de todo o Alentejo. Havendo problemas estruturais, o que tem vindo a acontecer não responsabiliza apenas o Poder Central, tanto mais que este efectuou avultados investimentos no concelho, como é o caso da A6, infraestrutura determinante para a acessibilidade e o desenvolvimento e da Barragem dos Minutos, onde foram investidos seis milhões de contos. É altura, afirmou o senhor Vereador Queiroz, de abandonar a teatrealização política encenada por algumas autarquias e encarar os problemas de frente e de forma séria, porque não obstante muitos se queixarem de problemas de desertificação, há casos conhecidos onde se conseguiu inverter tendências negativas.

Constando do Plano de Actividades para o próximo ano reuniões com a população do concelho, frisou no entanto o senhor Vereador Queiroz que na publicitação Vereação significa apenas metade da Câmara dado que os Vereadores do MCPM nunca foram convidados a participar. o que desmente a apreçoada abertura democrát

Quanto ao orçamento participativo, disse o senhor Vereador Queiroz será certamente uma influência do processo da cidade brasileira de Portalegre e tentada por Palmela, com resultados ainda pouco conhecidos e não avaliados. Dado ser um projecto complexo, responsável e moroso, e para que não se fique numa operação propagandística sem conteúdo, terão de se resolver previamente na autarquia outras questões de transparência política e então definir-se uma metodologia clara e objectiva.

Fazendo depois alusão à Carta Estratégica disse o mesmo Vereador que lhe causa incómodo continuar a ouvir falar desde 1996 deste processo claramente falhado e a assistir a este penoso arrastar. Nunca se verificou participação regular de parcerias ou que tivessem sido apresentados documentos de diagnóstico e reflexão, pelo que não se pode concluir algo que nem sequer foi iniciado. O facto é que não existem documentos globais ou sectoriais.

No que concerne ao Regulamento de atribuição de subsídios e outros apoios às Associações sem fins lucrativos disse o senhor Vereador Jorge Queiroz que houve compromissos assumidos na Câmara este ano, incluindo um calendário aprovado e esse acordo foi rompido pela maioria como é evidente neste proposta de Plano ao afirmar-se uma intenção de “conclusão” dos regulamentos em 2003. Continuou o senhor Vereador para reafirmar que o arrastar desta situação e o protelamento levantam questões sobre a acção desta administração municipal que é por lei obrigada à isenção e transparência na gestão dos recursos públicos, nomeadamente na cedência de instalações municipais, viaturas, materiais, subsídios e outros apoios.

Relativamente às questões de habitação social referiu o senhor Vereador Queiroz que a autarquia não possui nem levantamentos rigorosos nem políticas sociais, quando se sabe que existem no concelho inúmeros cidadãos em penosas situações de habitação e sem possibilidades de recorrer ao crédito por terem rendimentos muito baixos.

Continuou a sua intervenção para manifestar o seu agrado pela receptividade à proposta do MCPM de elaboração da Carta Social do concelho, instrumento básico essencial à fundamentação das políticas. Questionou a não referência no documento às soluções para o problema do abastecimento público de água a partir da Barragem dos Minutos.

Por último e no que se refere ao actual Boletim Municipal, referiu o senhor Vereador Queiroz que este reflecte as limitadas concepções democráticas de um grupo político, servindo apenas como instrumento de propaganda para exaltar algumas obras feitas, apresentar fotos de eleitos da maioria, desenvolvendo uma velha técnica de informação condicionada a manipulada que não serve os interesses do desenvolvimento de Montemor. Seria salutar construir com os dinheiros públicos um novo Boletim informativo e formativo que reflectisse a vivência democrática do concelho, opiniões de eleitos e munícipes, sugestões, realizações.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho Simão começando por dizer que o Plano de Actividades em discussão vem na linha do anterior, classificando-o de excessivamente generalista.

Relativamente a algumas das questões colocadas pelo senhor Presidente, pronunciou-se o senhor Vereador Agostinho dizendo no tocante à possibilidade de existência de uma empresa gestora para o Parque Industrial que não se tratando de uma inovação, prova-se no entanto que os Parques Industriais com maior captação de empresas são aqueles que optaram por tal tipo de gestão. Por outro lado e desconhecendo as possíveis implicações que o senhor Presidente referiu sobre o custo dos lotes, tal situação será certamente passível de resolução, apresentando a Câmara alternativas face aos custos de instalação das empresas.

Quanto à questão do comércio local e embora havendo uma forte dinâmica por parte das grandes superfícies, o senhor Vereador Agostinho disse ser necessário motivá-las no sentido de modernizarem as suas estruturas, situação relativamente à qual a autarquia não tem correspondido satisfatoriamente.

Relativamente aos loteamentos nas freguesias e havendo de facto algumas localidades onde é mais difícil conseguir terrenos, existem efectivamente poucas freguesias com loteamentos em curso, quando a realidade deveria mostrar o inverso, situação que tem conduzido a que muitos jovens se vejam obrigados a deixar o concelho em busca de habitação.

No âmbito da Carta Social do concelho, disse o mesmo autarca registar a aceitação da proposta para a sua elaboração dado tratar-se de um instrumento municipal que sem ser exclusivo no município, permitirá no entanto deter uma informação importante ao nível da caracterização do concelho em termos sociais, considerando-a uma componente essencial para uma melhor racionalização dos recursos, no sentido de dar resposta ao aumento do número de casos que se vêm revelando em tal domínio.

Quanto à Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco, referiu o mesmo Vereador que é urgente a sua criação, pois constitui uma entidade com personalidade jurídica que tem poder de intervenção sobre a matéria, e pode facilitar e acelerar os processos ao nível do Tribunal. que como todos sabem está super lotado de

encaminhou a parte logística para as Câmaras, atribuindo o governo da altura uma verba insuficiente para o efeito, trezentos contos por ano, mas só com a Comissão em funcionamento é que a Câmara e as outras entidades representadas podem demonstrar ao Governo a justiça da necessidade de maiores apoios.

No que concerne a habitação social referiu o senhor Vereador Agostinho existirem pessoas com reduzido poder de compra, que não têm possibilidade de acesso ao programa de recuperação de casas degradadas (referindo como exemplo os munícipes residentes na Praça de Touros), promovido pela Câmara, pois não possuem nem um décimo do custo da obra, quanto mais os cinquenta por cento que são exigidos. Apesar do actual governo ter cancelado o recurso ao crédito, tal não impede que se comece desde já a trabalhar no assunto, estudando as experiências de outras Câmaras, para depois, quando for novamente permitido, pois é inevitável, então se poder apresentar a candidatura aos tão necessários financiamentos.

A ausência de tratamento de esgotos no concelho disse o senhor Vereador Agostinho ser outra questão antiga que carece de resolução, considerando inadmissível tentar justificar-se a sua inexistência com o argumento dos custos envolvidos, havendo antes que definir prioridades, porque existe o caso das piscinas que foram adjudicadas em cerca de setecentos mil contos, atingindo um custo total de mais de um milhão de contos e nem por isso deixou de ser feita, não havendo na altura o argumento do elevado custo, como agora se refere para o tratamento dos esgotos, havendo por isso que definir as prioridades.

Quanto ao abastecimento de água a partir da barragem dos Minutos, referiu o senhor Vereador Agostinho existirem dois programas que financiam o investimento, que já estão noticiados há dois anos e relativamente aos quais já se poderia ter avançado na obtenção de financiamento.

Em termos de reabilitação urbana da cidade disse o mesmo eleito que uma parte nobre da cidade (Rossio) ainda não foi contemplado o arranjo global, o que constitui um imperativo a que já deveria ter sido dada resposta, por isso o MCPM tem falado no concurso de ideias para o eixo do Rossio, Largo das Sociedades e Rua de Aviz.

Referente à circulação viária e circulação de veículos pesados na cidade, o mesmo eleito disse que para além do ruído e vibração provocados é de referir igualmente o excessivo peso que circula em zonas residenciais com os possíveis estragos que podem sofrer as infraestruturas.

Sobre a reformulação do Boletim Municipal disse considerar que não se pretende transformá-lo num jornal concorrente com os existentes no concelho, devendo antes ser-lhe dada uma outra imagem com a abertura à participação dos munícipes e dos eleitos.

A publicitação e afixação da ordem de trabalhos das reuniões de Câmara constituem uma forma de estimular à participação da população nas reuniões de Câmara, devendo por isso ser um procedimento a respeitar (afirmou o senhor Vereador Agostinho).

Quanto ao Regulamento de apoios às instituições, disse o senhor Vereador Agostinho que o mesmo já deveria estar concluído como ficou acordado na reunião de Câmara de Julho, considerando tratar-se de uma questão premente que o mais tardar no início do ano de 2003 deverá estar disponível para aplicação.

A concluir referiu ainda o senhor Vereador Agostinho que a propósito da Carta Estratégica se fala numa alargada participação, o que disse considerar irrisório, pelas razões já anteriormente apontadas.

Usou seguidamente da palavra o senhor Vereador Maia começando por dizer relativamente à questão do saneamento na Zona Industrial da Adua que será impensável que uma empresa certificada opte por se fixar na ZIA, dado que a mesma não oferece condições às potenciais empresas, considerando também duvidoso que a nova ETAR possa resolver o problema do saneamento.

Quanto aos loteamentos, especialmente nas zonas rurais, disse o senhor Vereador Maia que sendo fundamental a existência de capacidade económica por parte dos potenciais interessados na aquisição de lotes, por motivos óbvios, é igualmente fundamental a existência de terrenos para esse fim. Contudo, nalgumas freguesias a Câmara não dispõe de bolsas de terrenos para venda, como é o caso de S. Cristovão, em que o Sr. Palhavã Cristovão se dispôs a vender, mas para o qual não houve empenho da Câmara em concretizar o negócio.

Por forma a conseguir obter propostas mais elaboradas e mais criativas, manifestou o senhor Vereador Maia o entendimento que sendo necessário a Montemor possuir zonas nobres de convívio, deveria aproveitar-se o espaço do Rossio para lhe conferir uma funcionalidade cívica diversa daquela que se perspectiva vir a dar-lhe e para a qual não são conhecidos projectos e ideias objectivas quanto ao seu aproveitamento e utilização, lançando por um exemplo um concurso de ideias.

No tocante a apoios às médias e grandes empresas, referiu o senhor Vereador Maia ser difícil definir a dimensão de uma empresa ligada ao sector agrícola. mas o que no fundamental importa é a divulgação que é

feita ao município por via da qualidade dos produtos certificados que são obtidos nessas explorações agrícolas, que cada vez mais deveriam ser dados a conhecer.

Terminou a sua intervenção lamentando o facto de nenhum munícipe estar presente nesta sessão de Câmara, manifestando dessa forma desinteresse em conhecer as propostas que estão a ser debatidas em prol do desenvolvimento do concelho, considerando nessa medida ser preocupante que as pessoas não sintam a necessidade de estar presentes, devendo a Câmara de uma forma didáctica cativar e estimular a sensibilidade das pessoas para participar na política da cidade e do concelho.

Fez depois uso da palavra o senhor Vereador João Caldeira para comentar algumas das intervenções, referindo a tal propósito que a intervenção do senhor Vereador Queiroz cumpre com aquilo que vem sendo habitual e surge enquadrada no mesmo quadro que caracteriza o seu comportamento de permanente guerrilha política .

Relativamente à intervenção do senhor Vereador Agostinho sobre as habitações situadas no edifício da Praça de Touros, o senhor Vereador disse que o proprietário do imóvel dirigiu-se à Câmara por carta, manifestando a sua intenção de vir a despejar os referidos moradores dos espaços que lá ocupam.

Sobre a questão levantada dos veículos pesados que circulam por dentro da cidade, referiu o mesmo autarca que os Eleitos da CDU aceitaram incluir aquela proposta no âmbito da revisão do Plano de Circulação e Trânsito mas que só a construção da Variante à cidade poderá definitivamente solucionar o problema.

Em intervenção seguinte a senhora Vereadora Helena Paixão disse ser imperdoável invocar-se desconhecimento da inexistência de projecto para a zona do Rossio, quando está à vista a obra já feita em três das quatro fases em que foi dividida a intervenção em toda aquela zona, estando também desde há muito já concluídas as suas principais acessibilidades, entre as quais a Rua de S. Domingos e o Prolongamento da Carreira de S. Francisco.

Sem pretender entrar em diálogo sobre as ideias que o MCPM poderá ter para o concelho e não obstante admitir que todos querem o melhor para a população, independentemente da forma divergente como se pretenderá alcançar o mesmo fim, disse no entanto o senhor Vereador João Marques que de uma forma global a proposta de Opções do Plano que a CDU apresenta à discussão é um documento ambicioso que define uma importante visão estratégica de desenvolvimento para o concelho. No que se refere à Carta Social manifestou o senhor Vereador o seu cepticismo quanto à sua eficácia só por si mas considerou importante a sua elaboração conforme foi aceite pelos Eleitos da CDU ainda que a Rede Social responda melhor a esse objectivo. Pese embora o facto de há muitos anos se vir trabalhando na Carta Social do concelho, referiu no entanto o senhor Vereador João Marques que as diversas acções sociais em curso porque não coordenadas apresentam deficiências e terão dificuldade em responder aos problemas sociais, que tendem a crescer, tendo em conta as políticas globais que cada vez mais se afastam dos valores humanos.

No que se refere à falta de sensibilização dos cidadãos para uma participação activa na construção da sociedade, afirmou o senhor Vereador João Marques que embora concordando com a criação de condições para estimular a participação das pessoas, não se lhe afigura que os resultados possam ser substancialmente alterados, dado que o problema está não só enraizado como é estimulado pelos veículos de informação e aculturação, que promovem deliberadamente uma estupidificação das massas, com objectivo específico de encurtar horizontes, diminuindo e limitando a massa crítica, colocando de novo um povo a olhar para o fundo do mar com uma visão obscura e melancólica da realidade.

Por último e referindo-se à questão dos Regulamentos, disse o mesmo eleito que tal como será inscrito no Plano de Actividades, tal deverá avançar em 2003 e no início do ano.

Voltou a intervir o senhor Presidente para dizer que os problemas fundamentais de Montemor decorrem, no essencial, das erradas e injustas políticas nacionais dirigidas ao interior do País e ao Alentejo e estão sobretudo relacionados com a área económica, nomeadamente com o desincentivo à produção e transformação agrícola, o fraco apoio à instalação e expansão da actividade económica e ao emprego. Cabe ao Poder Central, disse, a responsabilidade primeira por políticas de criação de postos de trabalho, de riqueza e de rendimentos pois só assim se garante a fixação de população e se poderá evitar a desertificação. Apesar das limitadas possibilidades e competências nesta matéria, a Câmara tem procurado dar apoio ao desenvolvimento económico e a todo o tipo de actividades, como é o caso da área social, que possam criar emprego estável.

Contudo, disse o mesmo edil, nos últimos dez anos o concelho viu crescer em mais de seiscentos o número total de postos de trabalho o que é tanto mais significativo quanto foram liquidados em igual período cerca de mil e

no concelho investimentos estruturantes do Poder Central, demonstra que houve ainda assim, capacidade de dar resposta e de travagem no sentido de evitar uma queda em termos demográficos.

Quanto à Zona Industrial da Adua, disse o senhor Presidente que cada vez que os eleitos do MCPM se referem a essa questão, fazem-no como se a CDU se opusesse à criação de uma empresa de gestão da Zona Industrial, o que não corresponde à verdade. A verdade é que (disse) sendo essa empresa um instrumento de gestão pelas características que a mesma deverá ter, é determinante que exista para o efeito disponibilidade de várias entidades, entre as quais dos empresários. Constata-se no entanto que neste momento não estão criadas as condições para avançar nesta altura, a não ser que venham a surgir futuramente as condições necessárias para a sua criação.

Ainda assim não deixou o senhor Presidente de referir que na grande maioria das Zonas Industriais, a gestão não é feita por empresas e só em zonas onde existe uma forte tradição empresarial é que tal acontece, porque na maioria dos casos a gestão é dos municípios.

No tocante a programas de apoio ao comércio, o senhor Presidente referiu-se ao Urbcom e disse que o mesmo se encontra apresentado e está já aprovada a sua concretização, dispondo para o efeito de uma verba de cerca de um milhão e duzentos mil contos, tendo sido entretanto contactada uma empresa que está a desenvolver a segunda fase do processo, mas nada impede que se possam desenvolver outros contactos no sentido de conseguir outro tipo de apoios, caso existam programas de financiamento para o efeito.

Relativamente às questões agrícolas, disse o senhor Presidente que a Câmara sempre tem procurado colaborar com todos os agentes, garantindo no entanto que essa colaboração e esse trabalho seja desenvolvido não só com os grandes proprietários, mas também com os pequenos produtores que para além de habitualmente discriminados são económica e politicamente mais débeis. A título de exemplo recordou a colaboração com a Apormor que permitiu garantir o actual Parque de Leilões de Gado, o estabelecimento de parcerias com a Acomor para a promoção da vitela de montado e do borrego de Montemor ou a colaboração para o projecto do Parque de Acabamento de Borregos, aproveitando as potencialidades enormes da produção ovina no concelho ou o apoio (como é exemplo a cedência de espaço no Mercado) para a abertura de várias Lojas no país para promoção e divulgação daquilo que se produz no concelho, à semelhança do tem acontecido com a promoção vinícola da região através de estreita colaboração com os produtores Jorge Bohm e Gabriel Francisco. A tal propósito referiu ainda o senhor Presidente ter sido possível colaborar no trabalho que levou à inclusão da freguesia de Nossa Senhora da Vila na região viti-vinícola demarcada de Évora, fruto de um intenso e fundamentado estudo e trabalho conjunto onde se deve destacar o produtor Jorge Bohm e o Dr. Jorge Fonseca. Verifica-se assim (disse), não existirem dogmatismos ideológicos sobre tal matéria, o que só se verificaria caso se ignorassem os pequenos agricultores.

No tocante à Carta Estratégica disse o senhor Presidente que a mesma desde que foi lançada com a colaboração das várias instituições que se comprometeram a participar na sua fase de diagnóstico, tem passado por momentos altos, mas também por outros mais baixos, afirmando contudo que a Carta é um processo e não um documento, em que sector a sector se define quais são os projectos a avançar.

Referiu depois que têm havido propostas activas de parcerias sobre tal matéria em discussões globais ou sectoriais, sendo por isso necessário sistematizar tudo o que existe. Tem-se contudo constatado alguma dificuldade de poder contar com a colaboração de órgãos regionais, o que tem acontecido por impossibilidade de participação dessas entidades.

Sobre a questão dos Regulamentos o mesmo autarca referiu que a sua existência poderá contribuir para que se dê um salto qualitativo, o que por si só não corresponde a uma funcionalidade criteriosa e isenta, servindo fundamentalmente para aferir a intervenção camarária em determinadas áreas, havendo a sublinhar sobre tal matéria que na Câmara de Montemor sempre têm existido normas de atribuição de subsídios, mesmo sem regulamentos. Os regulamentos em elaboração deverão no entanto ser apresentados o mais rápido possível, de forma a que a sua aprovação final venha a ocorrer em 2003.

No que concerne à Habitação Social disse o senhor Presidente que o concelho de Montemor não sendo uma zona contemplada na legislação com financiamento para habitação social e tendo também em conta que tais linhas de financiamento foram canceladas, deverá equacionar-se então como se irá avançar ? Em que moldes ? Com que dinheiro ? Em que terrenos ?

Disse ainda o senhor Presidente ser útil conhecer também a experiência daquelas autarquias que ainda assim têm avançado a expensas próprias com a construção de habitação social, designadamente em termos de degradação dos imóveis. Sendo de facto importante existirem programas de apoio à habitação social para dar resposta a pessoas com dificuldades. é também importante que em primeiro lugar se reconheça a

impossibilidade das autarquias por si só poderem suprir essas necessidades, sendo indispensável que se estabeleçam parcerias para a sua concretização.

Olhando depois para o caso concreto do concelho e conhecendo-se a existência actual de cerca de mil trezentas e oitenta habitações devolutas, questionou o senhor Presidente a forma como se irá proceder relativamente a tão elevado número de imóveis nessas condições, se por um lado se deixarão cair, ou se por outro lado não seria bem mais vantajoso criar legislação que permitisse uma convergência de vontades no sentido de avançar com a sua recuperação.

No contexto dos loteamentos o senhor Presidente disse existirem, de acordo com o PDM, terrenos legalmente disponíveis para construção em todas as zonas urbanas do concelho. Em todas as sedes de freguesia, excepto no que se refere a Lavre, Cabrela e S. Cristovão, tem havido loteamentos municipais e particulares. Naquelas três freguesias os proprietários não se têm disponibilizado para tomar a iniciativa de fazer loteamentos e, apesar da insistência da Câmara, não tem sido possível (nem a tal poderão ser obrigados) perspectivar acordos para disponibilização de terrenos. Contudo, há já neste momento a excepção da Cooperativa Boa Esperança de Lavre com a qual há acordo para que avance com a criação de vinte e oito lotes de terreno.

Disse depois o senhor Presidente não corresponder à verdade as afirmações produzidas pelo senhor Vereador Maia relativamente às negociações que decorreram para conseguir adquirir terrenos em Cabrela, no sentido de os disponibilizar para construção, dado que a Câmara aguarda há cerca de quatro anos que o referido proprietário se disponibilize a assinar a escritura, tendo-se inclusivamente a Câmara proposto realizar as infraestruturas. Contudo, há recentemente um acordo verbal de princípio que se espera permita a solução das várias questões em causa.

No caso de S. Cristovão há uma situação semelhante em que o proprietário apresentou uma proposta de negociação, com a qual a Câmara concordou, só que o mesmo recuou com a palavra, alegando pretender que a autarquia fizesse primeira as obras e só depois se formalizasse então a negociação escrita.

Sobre tais questões disse por fim o senhor Presidente que o alargamento do perímetro urbano não constitui uma boa política de administração do território, quando dentro desse mesmo perímetro existem áreas excessivamente grandes que permitiriam a resolução dos problemas de habitação nessas localidades, caso os seus proprietários se decidissem a loteá-los.

Sobre a questão colocada pelo senhor Vereador Agostinho, relativa à constituição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco o senhor Presidente disse que a Câmara não se pode substituir à Segurança Social, tal como também não se poderão atirar para cima dos jovens essas mesmas responsabilidades, numa tentativa de desresponsabilização por parte do governo sobre essa matéria. Haverá contudo que estudar, como se propõe, a constituição e funcionamento daquela Comissão de modo a dar respostas cabais aos problemas das crianças e jovens em risco o que impõe uma parceria responsável entre as várias instituições bem como a identificação clara das origens e meios indispensáveis.

No tocante às questões do abastecimento de água e dos esgotos referiu o senhor Presidente que os problemas no concelho são menores que na generalidade do País mas que se está a trabalhar para a sua completa resolução.

Acrescentou que já antes de se iniciar a construção da Barragem dos Minutos se falava na questão dos Sistemas Supra-municipais, vindo posteriormente a ser canceladas, pelo Governo do PS, no âmbito do PORA todas as candidaturas a financiamento para sistemas de água e esgotos, sendo infundada a afirmação de que existem linhas de crédito com financiamentos a cem por cento.

Por último e no que respeita ao Rossio disse o senhor Presidente que a obra foi dividida em quatro fases, encontrando-se já concretizadas três delas, faltando apenas a zona que envolve a Praça de Touros, a qual chegou a ter dois projectos e em que a última das alterações surgiu pela necessidade de fazer a ligação desta zona com o novo Centro de Saúde e o novo Loteamento.

Em intervenção seguinte disse o senhor Vereador Jorge Queiroz que não estando os eleitos do MCPM a gerir a Câmara, a sua perspectiva é de apresentação daquilo que em seu entender lhes parece serem as decisões políticas, não lhes sendo possível nesta altura dizer já quanto custa determinada obra ou uma outra qualquer acção, atendendo a que antes disso terão de ser tomadas as decisões políticas.

Referiu depois o mesmo eleito que a dinamização da vida económica do concelho tem registado ultimamente fenómenos de retrocesso e que a propalada cidadania tem sido apenas uma bandeira sem qualquer tipo de suporte em acções concretas.

Por outro lado, disse constatar a existência de um repositório de planos que vêm de anos anteriores, como é o caso de

seguintes, quando existem outras opções políticas que em alternativa os eleitos do MCPM defenderiam, como é o caso por exemplo de conceder prioridade às piscinas cobertas, em prejuízo das descobertas.

Concluiu a sua intervenção dizendo que o Plano apresentado segue a linha e a concepção que já vem de anos anteriores da maioria CDU na Câmara.

Usou depois da palavra o senhor Vereador Agostinho Simão, para dizer que os inquilinos das casas da Praça de Touros, continuam sem esgotos, apesar de na rua anexa elas existirem. Propôs de seguida que para melhorar a actual situação fosse permitido o acesso dos moradores aos balneários existentes que davam apoio ao mercado mensal que ali se realizava.

Referente à constituição da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em risco disse o senhor Vereador Agostinho que já existem Comissões a trabalhar, pelo que se poderá aprender com essas experiências, e que a Comissão envolve para além da Câmara outras entidades como o Delegado Ministério Público, Educação, Saúde, etc., frisando que sem a sua existência será impossível avançar-se por exemplo com uma Casa de Acolhimento, sendo incomparavelmente menor a capacidade de intervenção enquanto a Comissão não estiver legalmente constituída.

No tocante às questões de habitação social disse o mesmo autarca que o ideal seria resolver o problema de uma só vez, mas como tal não é possível deverá ser gerido por fases. Trata-se em seu entender de pobreza geracional para a qual deverá haver uma obrigação de solidariedade e é nesse sentido que a Câmara também terá a sua quota-parte de responsabilidade e de dever de ajudar quem mais precisa.

No que respeita à Carta Social disse o senhor Vereador Agostinho que qualquer diagnóstico nesse sentido não é estático e deve-se ir adaptando à nova realidade, mas se continuar por implementar, ninguém aproveitará das suas vantagens.

Quanto à Zona Industrial advogou o senhor Vereador Agostinho que caberá à Câmara puxar pela imaginação no sentido de fazer propostas aliciantes aos empresários e não o inverso, como disse o senhor Presidente.

Por último disse verificar-se entre os Planos de Actividades para 2002 e 2003 uma incongruência, ao referir-se do Plano primeiro a concretização de uma Pista de Pesca e no do próximo ano o estudo de elaboração de uma Pista de Pesca.

Em resposta a esta última questão disse o senhor Presidente que há um conjunto de acções previstas nos Planos de Actividades que só se concretizarão se houver financiamento, como é o caso por exemplo da Remodelação do Cine-Teatro Curvo Semedo ou a reparação da Estrada de Silveiras/Cabrela. Continuou afirmando que há um conjunto de acções identificadas cuja concretização não está garantida mas cuja omissão poderia inviabilizar as condicionantes para o seu eventual financiamento pelo que disse ser correcta a sua inclusão em sucessivos Planos com compromisso condicionado.

Por outro lado disse existirem outras acções que exigem uma conjugação de esforços e de interesses, como é o caso em apreço da Pista de Pesca, relativamente à qual a Câmara elaborou o projecto e desenvolveu os contactos e os pedidos de autorização necessários às entidades com intervenção directa na matéria e quando tudo estava preparado para que a obra pudesse ser concretizada, a direcção do Grupo de Pesca à Linha manifestou algumas reservas na concretização dessa opção que anteriormente haviam considerado como a ideal, admitindo agora a possibilidade dessa Pista poder vir a ter lugar na Barragem dos Minutos, sendo essa a razão pela qual surge primeiro como concretização e depois como estudo.

Dando por concluída a discussão na generalidade e na especialidade das propostas de Opções do Plano e Orçamento para 2003 o senhor Presidente colocou os documentos à votação.

Deliberação: A Câmara deliberou por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Simão, Leonardo Maia e Jorge Queiroz, aprovar a proposta de Opções do Plano para o ano de dois mil e três, dela fazendo parte o Plano Plurianual de Investimento e o Plano de Actividades, conforme documentos que foram rubricados por todos os eleitos presentes e nos termos da lei aqui se dão por integralmente transcritos, devendo os mesmos ser agora submetidos à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no na alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

Igualmente por maioria, com as abstenções dos senhores Vereadores Agostinho Simão, Leonardo Maia e Jorge Queiroz. a Câmara deliberou aprovar a proposta de Orçamento para o ano de dois mil e três. conforme documento

transcrito, devendo ser agora submetido à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no na alínea b) do número dois do artigo quinquagésimo terceiro da lei número cento e sessenta e nove, barra noventa e nove, de dezoito de Setembro, com a primeira alteração que lhe foi dada pela Lei número cinco, barra A, barra dois mil e dois, de onze de Janeiro e Declarações de Rectificação número quatro, barra dois mil e dois, de seis de Fevereiro e número nove, barra dois mil e dois de cinco de Março.

Declaração de Voto dos Eleitos do MCPM:

O Plano de Actividades – 2003 proposto pela maioria CDU nesta reunião camarária mereceu por parte dos Vereadores da CMMN eleitos nas listas do Movimento Cívico Pró-Montemor a melhor atenção dado que deverá constituir um instrumento orientador das políticas municipais nos diversos domínios.

Os Vereadores apresentaram previamente um conjunto de propostas visando promover uma real alteração da situação negativa em que o município se encontra, no plano demográfico (perda e envelhecimento da população), económico (incapacidade de atracção de empresas, de quadros e mão-de-obra especializada, má gestão da Zona Industrial da Adua), ambiental (as redes de esgotos por fazer,...) e patrimonial (a maioria dos monumentos encontram-se ao abandono há décadas).

São propostas dos Vereadores pelo MCPM do interesse da comunidade e que se destinam a resolver problemas concretos: criação de uma empresa para gestão da Adua, loteamentos nas freguesias, habitação social, elaboração da Carta Social, Comissão de protecção de crianças e jovens em risco, candidaturas para resolução de problemas de águas e esgotos, reabilitação urbana da zona do Rossio, novo sistema de circulação viária, regulamentação dos apoios às Instituições sem fins lucrativos, novo e mais democrático Boletim Municipal,

Os Vereadores eleitos pelo MCPM têm consciência que o seu posicionamento construtivo e simultaneamente crítico é um importante contributo para o desenvolvimento do concelho, o que apenas se conseguirá com um novo modelo de gestão autárquico. Sobre o documento apresentado como proposta de Plano-2003 consideramos que entre outros aspectos negativos:

- Mantém no essencial o mesmo discurso ideológico, de guerrilha institucional, recheado de chavões e afirmações voluntaristas, dentro do que alguém recentemente designou como a “cultura do cerco”.*
- Grande parte das acções agora apresentadas já constam de Planos Anteriores. A acumulação de tantos projectos e infra-estruturas por construir são o reflexo de uma gestão com mais duas décadas de inércias.*
- Uma escassa atenção à área económica, continuando com uma ausência de estratégia de desenvolvimento.*
- A utilização comemorativa da “carta estratégica”, documento importante que se arrasta penosamente desde 1996, sem metodologia e ao sabor das conjunturas eleitorais, mais grave, sem que qualquer documento global ou sectorial se tenha produzido, debatido ou publicado.*
- A não aceitação da maioria das importantes e construtivas propostas apresentadas pelos vereadores signatários.*

Assim os vereadores da Câmara Municipal eleitos pelo MCPM votam abstenção o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2003, por não corresponderem às reais necessidades do concelho.

Encerramento da reunião

E não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo senhor Presidente encerrada a reunião eram dezassete horas e trinta minutos.

E eu, Carlos António Russo Lebre, Assistente Administrativo Especialista, a redigi e subscrevo.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,